

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 124/2023
Data: 25/07/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
COM DUPLO BENEFÍCIO, EMPRESAS DO SETOR PORTUÁRIO APOSTAM EM PLACAS SOLARES EM SANTOS	4
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS LEVANTA ORÇAMENTOS PARA DESMONTAR NAVIO	5
VIABILIDADE PARA QUEM, CARA-PÁLIDA? PARTE 2.....	7
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	8
TECNOLOGIA - SETOR DE TI DISCUTE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM CARUARU DIA 28	8
MERCADO LIVRE DE ENERGIA JÁ REPRESENTA 37% DA DEMANDA ELÉTRICA NO BRASIL.....	9
EQUINOR ADQUIRE A RIO ENERGY, EMPRESA BRASILEIRA DE ENERGIA RENOVÁVEL, COM ATIVOS SELECIONADOS	10
CHINA LIGA PELA PRIMEIRA VEZ A MAIOR TURBINA EÓLICA DO MUNDO, COM 152 M DE ALTURA E CAPAZ DE SUPORTAR RAJADAS DE VENTO DE 290 KM/H, O MODELO PROMETE REVOLUÇÃO	11
INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL AVANÇA EM SANTA CATARINA	12
INDÚSTRIA DO AÇO NA AMÉRICA LATINA DEVE VIVER LENTA RECUPERAÇÃO DE DEMANDA NESTE ANO E TEME A COMPETIÇÃO COM A CHINA	13
ENERGIA SOLAR CHEGA A 14,7% DA MATRIZ ELÉTRICA, COM + 32 GIGAWATS	16
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....	17
EDITAL PERMITIRÁ REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA BARRAGEM E DA ECLUSA DE BOM RETIRO DO SUL	17
INFRAESTRUTURA - ORÇAMENTO QUASE QUATRO VEZES MAIOR DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES VAI AMPLIAR CONEXÃO COM O AMAPÁ	17
BE NEWS – BRASIL EXPORT	18
EDITORIAL – NA ROTA DO DESENVOLVIMENTO E DA INTEGRAÇÃO	18
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	19
<i>Novo diretor na Codern.....</i>	19
<i>Reforma tributária.....</i>	19
<i>Depreciação acelerada I.....</i>	19
<i>Depreciação acelerada II.....</i>	19
<i>Hidrogênio verde.....</i>	20
REGIÃO CENTRO-OESTE - ROTA BIOCEÂNICA ESTARÁ PRONTA EM DOIS ANOS, DIZ GOVERNADOR DE MS	20
REGIÃO NORTE - BELÉM PREVÊ ECONOMIA DA CIDADE CRESCENDO 143%	21
REGIÃO SUL - PORTOS GAÚCHOS TÊM AUMENTO DE 7,1% NA MOVIMENTAÇÃO.....	21
REGIÃO SUL - PORTOS RS REALIZA EXERCÍCIO NO PORTO DE RIO GRANDE.....	22
REGIÃO SUL - SÃO FRANCISCO DO SUL FAZ MAPEAMENTO DA PROFUNDIDADE DA BAÍA DA BABITONGA	22
SINGAPURA - MISSÃO BRASILEIRA CONHECE DE PERTO AS BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA EM SINGAPURA	23
TECNOLOGIA & INOVAÇÃO - O CAMINHO DA TRANSFORMAÇÃO NO SETOR PORTUÁRIO BRASILEIRO	24
OPINIÃO – ARTIGOS - DESAFIO ANUAL DE INOVAÇÃO EM SINGAPURA ESTÁ COM INSCRIÇÕES ABERTAS	26
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	27
TERCEIRA SEMANA DE JULHO TEM SUPERÁVIT DE US\$ 1,69 BILHÃO NA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA	27
ANTT ABRE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE REGULAÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL DE CARGAS	28
PREFEITURA DE SANTOS PROMOVE SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE AS INTERVENÇÕES DO PARQUE VALONGO	29
VOA BRASIL: VEJA COMO VAI FUNCIONAR, DATA E CONDIÇÕES PARA VIAJAR COM PASSAGENS A R\$ 200.....	30
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	31
A NOVA CONCEPÇÃO DA PPSA FRENTE À EXPERIÊNCIA NORUEGUESA	31
PREÇO DO DIESEL CAI PARA MENOS DE R\$ 5 PELA PRIMEIRA VEZ EM DOIS ANOS.....	33
JORNAL O GLOBO – RJ.....	35
APÓS SINAL VERDE DE LIRA PARA REFORMA ADMINISTRATIVA DE GUEDES, LÍDER DO ‘BLOCÃO’ DIZ QUE ‘NÃO HÁ CONCORDÂNCIA’.....	35
ARRECADAÇÃO FEDERAL FICA EM R\$ 180 BILHÕES EM JUNHO E FECHA SEMESTRE COM O MELHOR RESULTADO DESDE 1995	36
BNDES PREVÊ LINHA DE CRÉDITO PARA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA COM 3% DE JUROS AO ANO.....	37
MARINHO VAI A FAZENDA E PEDE A HADDAD SOLUÇÃO PARA ROMBO DE R\$ 4 BILHÕES DO FAT	37
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	38
‘A LEI DE LEVAR VANTAGEM EM TUDO NÃO PODE SER A BASE PARA A REFORMA TRIBUTÁRIA, DIZ APPY	38
CAMPOS NETO: TCU INVESTIGARÁ DECLARAÇÃO DE PRESIDENTE DO BC SOBRE GESTÃO TERCEIRIZADA DE ATIVOS	40
BRASIL ULTRAPASSA MARCA DE MIL CONCESSÕES E PPPS ATIVAS E TEM DESAFIO DE DESTRAVAR PROJETOS.....	41
EMBRAER OFERECE BOLSAS DE R\$ 5 MIL EM PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE AVIAÇÃO	44



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 124/2023
Página 3 de 55
Data: 25/07/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

VALOR ECONÔMICO (SP).....	45
DILMA SE REÚNE COM PUTIN ANTES DE CÚPULA RÚSSIA-ÁFRICA.....	45
LULA AUTORIZA AUMENTO DE CAPITAL DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS	47
EXPLORAÇÃO DE 'MINERAIS CRÍTICOS' PRECISARÁ EQUILIBRAR RISCOS AMBIENTAIS E SOCIAIS, DIZ FITCH	47
TRANSPETRO DEVE REALIZAR CONCURSOS PÚBLICOS AINDA ESTE ANO	48
GOVERNO PREPARA PROGRAMA DE INCENTIVO PARA INDÚSTRIA DE ATÉ R\$ 15 BI	49
AGÊNCIA BRASIL - DF.....	50
GOVERNO AUTORIZA EMISSÃO DE MAIS AÇÕES DO PORTO DE SANTOS	50
ARRECAÇÃO FEDERAL CAI 3,4% E CHEGA A R\$ 180,47 BILHÕES EM JUNHO	50
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	52
CSENO VÊ EM NAVIOS-PATRULHA POTENCIAL PARA MAIOR PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA LOCAL.....	52
INTERESSADOS TÊM 30 DIAS PARA ENVIO DE PROPOSTAS PARA TUP EM ARROIO DO SAL.....	54
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	55
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	55



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

COM DUPLO BENEFÍCIO, EMPRESAS DO SETOR PORTUÁRIO APOSTAM EM PLACAS SOLARES EM SANTOS

Aposta em fonte de energia sustentável garante economia no longo prazo e preservação ambiental

Por: *Ted Sartori*



Energia térmica gerada pelos painéis é utilizada para o aquecimento da água dos chuveiros dos vestiários da empresa Foto: Divulgação BTP

A preocupação com a sustentabilidade - e agregando economia - tem lugar cativo nas empresas com atividades ligadas direta ou indiretamente ao Porto de Santos. Uma das principais formas está ligada à energia, mais especificamente com a colocação de placas solares.

“A energia tem se tornado um elemento significativo no orçamento das empresas porque vem aumentando acima da inflação nos últimos anos. E as empresas relacionadas ao Porto usam muita energia, como, por exemplo, naqueles contêineres com refrigeração e até mesmo nas suas atividades administrativas de escritório”, explica Guilherme Susteras, mestre em engenharia elétrica e conselheiro da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

Atualmente, o Brasil conta com mais de 30 gigawatts (GW) de energia solar instalada, sendo que deste total mais de 22 GW correspondem a projetos de pequeno porte, instalados em mais de dois milhões de telhados de residências, comércios, indústrias e propriedades rurais. Estes sistemas asseguram uma redução de cerca de 80% na conta de luz de mais de 2,6 milhões de unidades consumidoras, que se beneficiam da energia gerada.

“O Brasil é um dos países do mundo com maior potencial para a geração solar. Hoje, a energia solar já é a segunda maior fonte da matriz elétrica brasileira, e, em 2050, assumirá a dianteira”, projeta Bárbara Rubim, presidente da Absolar.

O tema foi abordado também no reality Porto - O Desafio, levado ao ar pela TV Tribuna e apresentado por Maxwell Rodrigues. Na edição de 2022, o Grupo Leme, formado por Rafaela dos Santos, Carolina Guidoni e Marco Aurélio Vieira, venceu a atração com um projeto de colocação de painéis solares sobre os armazéns do Porto, gerando economia significativa no fornecimento de energia, de forma limpa e sustentável.

“Caso fossem instalados em todos os armazéns, geraria um excedente significativo, que seria doado à Cidade, para ser utilizado nas escolas, hospitais, equipamentos públicos... Uma ideia fantástica, que conversa com a concepção do conceito de Porto-Cidade”, comentou Rodrigues, na ocasião.

Desde sempre

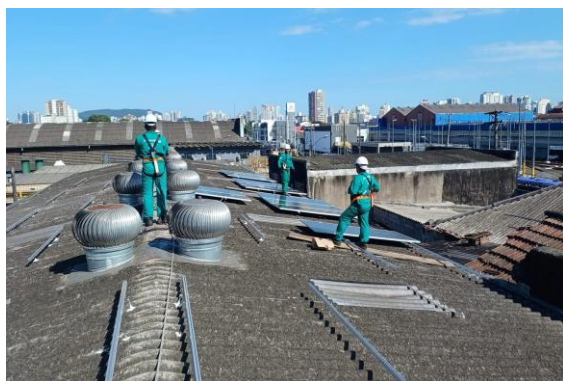
No Porto de Santos, a BTP possui 126 placas solares para a geração de energia térmica que estão instaladas no telhado do prédio administrativo da empresa, no Retão da Alemao. O trabalho foi feito durante a construção do terminal. As placas são utilizadas desde o início das operações da empresa, em 2013.

Cada placa solar possui 2 metros quadrados de área coletora, com capacidade máxima de produção de 161,2 kWh/mês. No total, são 252 metros quadrados de área coletora de energia solar, que

aquecem a água armazenada em quatro reservatórios térmicos dentro do terminal de contêineres, com volume total de 20 mil litros. A energia térmica gerada pelos painéis é utilizada para o aquecimento da água dos chuveiros dos vestiários da empresa.

“Existem projetos em estudo para instalação de novas áreas coletoras de energia solar dentro do terminal, incluindo placas solares fotovoltaicas (para geração de energia). Investimentos em sustentabilidade sempre são considerados em nossos planos de curto, médio e longo prazo. A BTP também tem a ambição de se tornar um terminal carbono zero a partir de 2030, com 100% dos seus equipamentos eletrificados”, afirma o diretor de assuntos corporativos da BTP, Joel Contente.

Outros terminais foram consultados pela Reportagem sobre projetos na área. Em nota, a Santos Brasil informou que zerou as emissões de CO2 atreladas ao consumo de energia. Seu plano de descarbonização está em fase de elaboração e serão identificadas alternativas de redução de emissões de gases de efeito estufa, entre elas a possível instalação de painéis fotovoltaicos para a redução do consumo de energia.



Em um dos galpões da empresa Armada, estão sendo colocadas, inicialmente, 37 placas solares Foto: Divulgação Sustenta Brasil

Economia

A preocupação com a sustentabilidade e menos gastos energéticos ocorre não apenas na região portuária. Empresas com atividades ligadas ao Porto também estão atentas ao assunto. Um exemplo é a Armada, que fica no Macuco e é especializada em aluguel de equipamentos de içamento, além de venda de material para forração de contêineres e de porão. Estão sendo

colocadas, inicialmente, 37 placas solares - e a quantidade pode ser ampliada, dependendo do crescimento da demanda.

“Embora tenha um grande investimento inicial (perto de R\$ 100 mil para placas, inversores e instalação), estava querendo dar uma diminuída nos nossos custos. Temos alguns equipamentos que a gente monta e faz manutenção, utilizando solda. São grandes equipamentos e, com isso, a carga de energia também é grande”, justifica o sócio da empresa, Lucas Mota. O gasto mensal varia de R\$ 2 mil a R\$ 3 mil referentes a três locais.

As placas estão sendo instaladas em um deles, um galpão na Rua João Guerra, perto do Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais. A sede do escritório fica na Rua Gervásio Bonavides, junto com mais três armazéns. A geração de energia vai ser distribuída para os outros locais via créditos por parte da concessionária de energia CPFL.

“São quatro galpões, mas um deles não tem luz fixa. Dos três locais, vou pagar, arredondando, uns R\$ 300,00, levando em conta o consumo mínimo cobrado pela CPFL. É uma empresa pequena. Tenho 25 funcionários. É um valor significativo para nós”, explica Mota, referindo-se ao retorno do investimento, com tempo estimado em três anos e três meses.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/07/2023

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS LEVANTA ORÇAMENTOS PARA DESMONTAR NAVIO

Professor W. Besnard Propostas serão enviadas à Prefeitura de Ilhabela, obrigada pela Justiça a arcar com custos da operação

Por: Bárbara Farias



O navio oceanográfico Professor W. Besnard está atracado entre os armazéns 5 e 6, no Porto de Santos
Foto: Vanessa Rodrigues/AT

Mesmo após o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) determinar a desmontagem do navio oceanográfico Professor W. Besnard, atualmente atracado entre os armazéns 5 e 6, no Porto de Santos, o início da operação de retirada da histórica embarcação é incerto. A Autoridade Portuária de Santos (APS) está levantando orçamentos para que a decisão judicial seja cumprida.

Assim que o custo for estimado, os orçamentos serão enviados pela APS à Prefeitura de Ilhabela, no Litoral Norte, que é a responsável pela embarcação e não contestou a decisão judicial, porém ainda não definiu o que será feito, como e de onde virão os recursos. Procurada ontem pela Reportagem, a Prefeitura informou “que ainda está definindo as ações sobre o navio Professor W. Besnard”.

Quanto ao desmantelamento do navio, a Autoridade Portuária informou, em nota, que “a Justiça tomou a decisão também por considerar que a embarcação representa risco ao meio ambiente se permanecer no local onde está. Laudo aponta ainda que o navio está sem condições de navegabilidade, podendo afundar em caso de remoção pelo canal do estuário. No momento, a APS toma as providências determinadas pela Justiça para desmantelar o navio e evitar danos ambientais”.

Degradada, a embarcação não é utilizada desde 2008 e foi utilizada por 40 anos, realizando mais de 150 viagens à Antártida, entre outras missões oceanográficas. O navio está atracado na área onde será erguido o futuro Parque Valongo.

A Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP) atestou, baseada em laudo técnico, que o navio, além de representar um risco ambiental, não tem condições de navegabilidade a fim de ser rebocado até Ilhabela para atender a proposta inicial.

A Prefeitura de Ilhabela e a Universidade de São Paulo (USP), antiga responsável pelo navio, firmaram acordo em 2016 para promover um naufrágio controlado e transformar o navio em um museu subaquático, possibilitando a criação de um recife artificial e tornando o navio um ponto turístico de mergulho. Contudo, a proposta não avançou.

A APS esclareceu ainda, no início de julho, conforme publicado em A Tribuna, que “a Justiça deixou claro os riscos do afundamento: ‘O afundamento de estrutura totalmente contaminada está fora de cogitação, agora sim, sob pena de risco efetivo ao meio ambiente natural’”.

No fim de 2022, foram retirados 78 mil litros de água e resíduos oleosos do interior do Professor W. Besnard. A operação emergencial foi realizada por uma equipe técnica da APS, com apoio do Ibama.

Memória preservada

Por fim, a APS destacou que todo o material de interesse histórico, de preservação da memória do navio, foi levado para o Museu da USP, “após detalhada avaliação da própria universidade”. Mesmo assim, por sugestão da Prefeitura de Santos, a APS consultará a Justiça para ver se pode destinar um pedaço da embarcação, provavelmente parte da proa, para ficar em exposição, em terra, no futuro Parque Valongo.

Homenagem

O nome do navio é uma homenagem ao professor Wladimir Besnard, que fundou e dirigiu o Instituto Oceanográfico da USP por 14 anos. Ele nasceu em 1890, na Rússia, e chegou ao Brasil em 1947. Por anos, defendeu que o instituto possuísse uma embarcação com autonomia suficiente para

navegar em águas profundas. Ele morreu em 1960, aos 69 anos, antes que o navio chegasse ao Brasil, o que ocorreu em 1967.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/07/2023

VIABILIDADE PARA QUEM, CARA-PÁLIDA? PARTE 2

Uma sugestão para a extinção do EVTEA na maioria dos casos de cessão de áreas portuárias

Por: Luis Claudio Santana Montenegro



Autor propõe forma de operacionalizar a extinção do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) para a maioria dos casos de cessão de áreas portuária em portos públicos Foto: Fernanda Luz/AT/Arquivo

Na primeira parte desse artigo, compreendemos que não há escassez de áreas portuárias no Brasil. Nessa segunda parte, proponho a forma de operacionalizar a extinção do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) para a maioria dos casos de cessão de áreas portuária em portos públicos. A cessão de área em um condomínio portuário pode e deve ser tratada sempre como um business case. Porém, é preciso notar que é possível realizar as avaliações estratégicas necessárias a uma cessão de área, que siga todos os princípios básicos da administração pública, na construção do planejamento portuário.

O planejamento portuário atual avalia alternativas logísticas em todo o país, observando o fluxo de mercadorias nos mercados nacional e internacional, e direciona necessidades de investimento nos portos por meio de projeções de demanda em cada complexo portuário nacional, seja ele público ou privado. O detalhamento dos projetos e sua priorização, dentre as alternativas para ampliação e adequação da capacidade à demanda projetada, são estruturados no Plano Mestre de cada porto.

O instrumento seguinte nessa cadeia de planejamento é o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZP) de cada porto. É nele que se define a poligonal e o zoneamento a partir de características e especificidades de cada tipo de carga ou atividade portuária que se pretenda realizar naquele porto. Também é no PDZP que deveriam estar os dois principais elementos que se espera de um EVTEA para cessão de áreas nos portos: (a) o valor de mercado das áreas disponíveis no porto; (b) e o valor de cada negócio típico que pode ser instalado em terminais portuários especializados.

Com essas duas informações, a disponibilização de áreas pode deixar definitivamente de ser um instrumento extremamente burocrático para se tornar uma atividade corriqueira na gestão portuária. Explico: para os órgãos de controle, o principal interesse em avaliar os projetos de cessão de áreas nos portos é saber se aquela área, naquele ativo público, está sendo disponibilizada por um valor razoável e cumprindo princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Essa proposta está perfeitamente coberta pela atual legislação, o que cumpre o primeiro princípio. Todos os demais aspectos estarão atendidos por um PDZP feito e avaliado pelo ministério formador de políticas públicas, pela agência reguladora e por todos os órgãos de controle, além de que, para cada área disponibilizada, pode ser feita uma chamada pública com os parâmetros mínimos de valor de área e valor do negócio determinados também pelo PDZP. Feitas assim, ofertas de áreas seriam regulares e permanentes (a exemplo do que já é feito no setor de petróleo e gás) e, sempre que houvesse interessados, essas áreas poderiam ser imediatamente disponibilizadas.

Ah, por fim, e não menos importante, o controle pode ser feito a partir de mecanismos de autorregulação das autoridades portuárias, com relatórios sistematizados feitos por auditorias técnicas independentes, demonstrando o cumprimento adequado dos contratos e a eficiência das alocações de áreas no porto. O EVTEA? Esse, não morreria por completo. Ainda teria utilidade nos projetos de expansão dos portos públicos, em que poderia ser avaliada a viabilidade dos

investimentos públicos e os investimentos privados nos novos terminais planejados para operar na área expandida, da mesma forma como é feito nos principais portos do mundo.

Acho que não há nada mais urgente para os portos brasileiros. Vamos ao debate!

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 25/07/2023



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

TECNOLOGIA - SETOR DE TI DISCUTE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM CARUARU DIA 28

O evento vai discutir o impacto da Inteligência Artificial nos negócios e empregos.

Da Redação ME



Pierre Lucena, presidente do Porto Digital, convidado especial/Fotos: divulgação

Caruaru vai sediar um evento que pretende reunir empresários de todos os segmentos da região Agreste para discutir as transformações trazidas pela Inteligência Artificial. O encontro acontece nesta sexta-feira (28), na Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro PE), com o apoio da Softex Pernambuco, do Sindicato das Empresas de Processamento de

Dados, Serviços e Desenvolvimento de Software de Pernambuco (Seproje) e da Manguet.al. O evento é uma edição especial do tradicional encontro mensal da Assespro PE.

Com o tema “IA: E como ficam o seu negócio e a empregabilidade?”, o encontro recebe Pierre Lucena, presidente do Porto Digital, como convidado especial para um enriquecedor bate-papo. Lucena trará sua vasta experiência para compartilhar insights valiosos sobre o papel da IA nas dinâmicas de empregos e negócios, proporcionando uma visão única sobre os desafios e oportunidades dessa revolução tecnológica.



Lais Xavier, presidente da Assespro PE/PB

O evento será realizado no Espaço Renato Machado Pettit, em Caruaru, na sexta-feira (28), das 12h às 14h. Além da oportunidade de adquirir conhecimento com um especialista, o encontro também oferecerá uma ocasião única de networking entre os empresários da capital e do interior, permitindo a troca de ideias e a criação de parcerias estratégicas.

“Estamos vivenciando uma era de transformações rápidas e profundas, impulsionadas pela Inteligência Artificial. É essencial que as empresas estejam preparadas para essas mudanças e possam explorar as oportunidades que a IA traz consigo. Este encontro mensal será uma excelente oportunidade para discutirmos coletivamente o futuro dos negócios e empregos em Pernambuco”, destaca Lais Xavier, presidente da Assespro PE.

As inscrições para o evento já estão abertas e podem ser realizadas através deste link.

O valor do almoço é de R\$ 135 por pessoa.

Fonte: *Mercoshipping Marítima Ltda*

Data: 25/07/2023

MERCADO LIVRE DE ENERGIA JÁ REPRESENTA 37% DA DEMANDA ELÉTRICA NO BRASIL

Migração de novas unidades consumidoras para esta modalidade de consumo de energia no primeiro semestre de 2023 bate recorde e destaque fica com Pernambuco, Goiás e Ceará,

Por *Patricia Raposo*



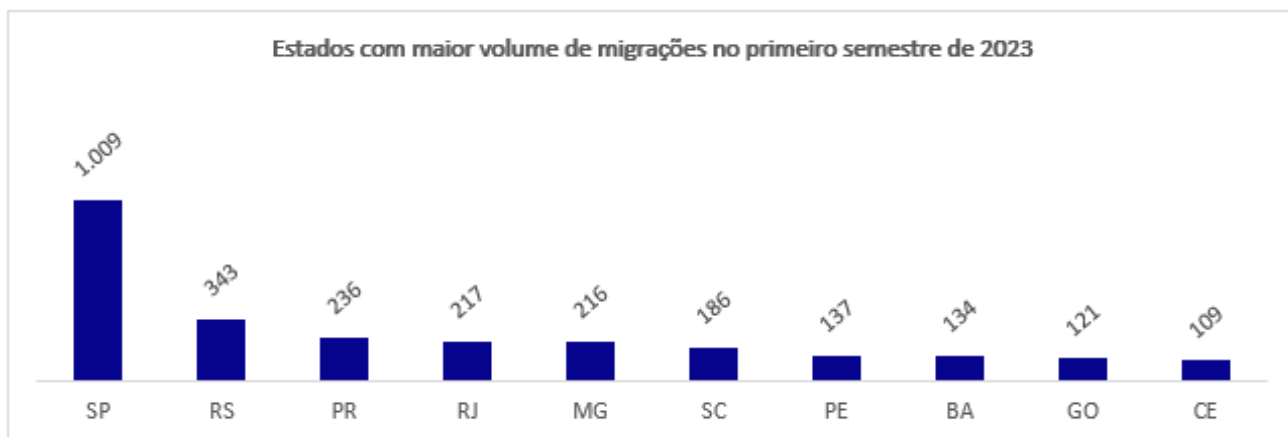
Geração limpa abastece mercado livre/Foto: Pixabay

Balanço da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE confirma o crescimento acelerado do mercado livre, que já representa mais de 37% da demanda total de eletricidade do país e tem atraído cada vez mais indústrias e empresas em busca de uma conta de luz mais flexível e personalizada.

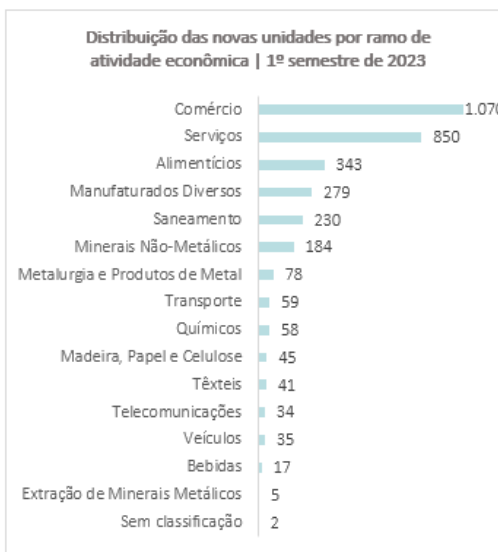
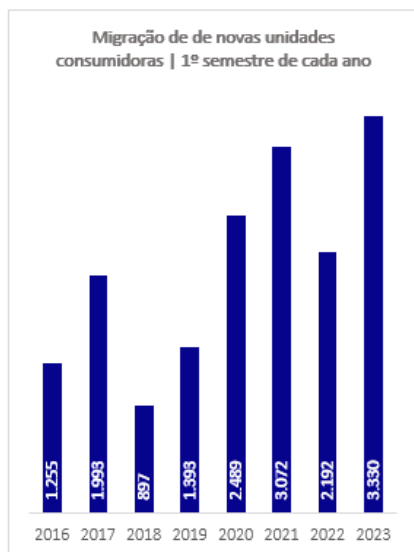
O segmento ganhou 3.330 novas unidades consumidoras no primeiro semestre de 2023, volume recorde que representa um avanço de 52% na comparação com a primeira metade do ano passado. Ao final de junho, o ambiente acumulava 34,4 mil indústrias e estabelecimentos comerciais. A maioria é dos ramos de comércio, serviços e alimentos, que estão de olho na possibilidade de ter maior poder de decisão sobre o seu fornecimento de energia.

Migração por estado

A maior parte desses novos pontos ainda está concentrada no Sudeste e Sul do país, regiões onde a industrialização é mais intensa. Porém, a CCEE chama atenção para um avanço significativo em estados como Pernambuco, Bahia, Goiás e Ceará, que se tornam mercados com bom potencial de crescimento a partir da redução dos requisitos para migração de consumidores e da própria pulverização do ambiente livre.



No mercado livre os clientes podem escolher o seu fornecedor. Essa liberdade permite negociar prazos, valores, comprar energia sob demanda e de fontes renováveis. Ainda é um segmento restrito aos grandes consumidores, mas estamos trabalhando para que fique acessível para toda a sociedade”, diz Talita Porto, Vice-Presidente do Conselho de Administração da CCEE.



A partir de janeiro de 2024, todos os consumidores ligados na alta tensão terão a opção de migrar para o ambiente, independentemente da sua demanda. Essa mudança está prevista na Portaria 50/2022, do Ministério de Minas e Energia – MME, que recebeu contribuições da CCEE. Com essa novidade, a Câmara de Comercialização estima um potencial de 72 mil novos pontos de consumo que terão viabilidade para escolher mudar para o segmento.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 25/07/2023

EQUINOR ADQUIRE A RIO ENERGY, EMPRESA BRASILEIRA DE ENERGIA RENOVÁVEL, COM ATIVOS SELECIONADOS

A Equinor assinou um acordo com a Denham Capital para adquirir a Rio Energy, empresa líder em energia renovável onshore no Brasil

Informações: Equinor



Parque eólico onshore Serra da Baboíza, L, no estado da Bahia | (Foto: Mats Mowenkel Goveasoni / Equinor)

A transação inclui ativos selecionados e funcionários, enquanto a Denham Capital manterá alguns ativos. Com esta aquisição, a Equinor reforça sua posição como uma empresa de energia no mercado brasileiro.

“Através da Rio Energy, a Equinor assumirá uma posição de relevância no setor brasileiro de energia renovável, um setor robusto e em rápido crescimento. A Rio Energy nos permitirá acelerar a geração de energia renovável e, consequentemente, o fluxo de caixa. Com ela passamos a ter uma plataforma para crescimento, ao mesmo tempo em que acrescentamos capacidade técnica e uma

atraente carteira de projetos”, afirma Pål Eitrheim, Vice-Presidente Executivo para as Energias Renováveis da Equinor.

A operação está em conformidade com a estratégia da Equinor, que inclui o crescimento do negócio em energias renováveis onshore em mercados selecionados através da aquisição de empresas locais com equipes de elevada capacidade técnica que já contam com um portfólio de projetos. Nos últimos anos, a Equinor adquiriu várias empresas de energias renováveis, como a Wenton na Polónia, a BeGreen na Dinamarca, a Noriker Power no Reino Unido e a East Point Energy nos EUA, com o objetivo de oferecer energia flexível em mercados prioritários para a empresa.

Pål Eitrheim, Veronica Coelho e Olav Kolbeinstveit Pål Eitrheim, Vice-Presidente Executivo para as Energias Renováveis da Equinor, Veronica Coelho, country manager da Equinor no Brasil, e Olav Kolbeinstveit, vice-presidente sênior para energias renováveis e mercado onshore na Equinor.

“Para a Equinor, ter a Rio Energy a bordo irá acelerar a nossa capacidade de desenvolver ainda mais o nosso portfólio como uma empresa de energia no Brasil. Ao estabelecer uma posição relevante em energias renováveis no país, juntamente com um portfólio robusto de petróleo e gás, estamos apoiando as ambições do Brasil em direção a uma matriz energética diversificada”, diz Veronica Coelho, country manager da Equinor no Brasil.

Na sequência da transação, e após a exclusão de alguns ativos pela Denham Capital, a Equinor será detentora de 100% da Rio Energy, mantendo a atual diretoria e um total de 140 funcionários. O portfólio adquirido é constituído pelo parque eólico onshore Serra da Babilônia 1, com uma capacidade de produção de 0,2 GW, no estado da Bahia, uma carteira de projetos solares fotovoltaica em pré-construção de 0,6 GW bem como uma carteira de projetos de cerca de 1,2 GW em energia solar e eólica onshore.

A Rio Energy será uma subsidiária integral da Equinor, e sua equipe continuará a desenvolver o atual portfólio de projetos. Estima-se que a carteira de projetos adquirida traga uma taxa de retorno no limite superior do intervalo indicado pela Equinor: de 4-8% de retorno real para projetos de energias renováveis, incluindo aí o preço de aquisição.

A Equinor planeja que a energia produzida pelo portfólio de projetos da Rio Energy seja comercializada no mercado brasileiro pela Danske Commodities (DC), empresa de comercialização de energia, também subsidiária integral da Equinor. A DC estabeleceu recentemente um escritório comercial em São Paulo para apoiar as atividades da Equinor no país.

“O Brasil é o maior mercado de energia da América do Sul, com expectativa de crescimento de demanda em paralelo a uma rápida expansão do mercado livre. Ao estabelecer um portfólio de venda de energia elétrica no Brasil gerido pela DC, podemos buscar um ganho de valor, em linha com a nossa estratégia de energias renováveis em mercados selecionados”, diz Olav Kolbeinstveit, vice-presidente sênior para energias renováveis e mercado onshore na Equinor.

A transação está sujeita às aprovações das autoridades regulamentares relevantes.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 25/07/2023

CHINA LIGA PELA PRIMEIRA VEZ A MAIOR TURBINA EÓLICA DO MUNDO, COM 152 M DE ALTURA E CAPAZ DE SUPORTAR RAJADAS DE VENTO DE 290 KM/H, O MODELO PROMETE REVOLUÇÃO

Informações: [Click Petróleo e Gás](#)

A China está avançando cada vez mais no mercado de energia renovável e, agora, colocou em operação a maior turbina eólica do mundo com capacidade de 16 MW.



Foto: China Three Gorges Energy

A empresa da China Three Gorges Energy anunciou a ligação da primeira turbina eólica do mundo com uma capacidade de 16 MW. A altura da torre desta instalação offshore chega a 152 metros, que é aproximadamente a altura de um prédio residencial convencional de 50 andares. A maior turbina eólica do mundo será capaz de suportar rajadas de vento de quase 290 km/h e fornecer energia renovável para até 36 mil residências chinesas.

Maior turbina eólica do mundo pode produzir 66 GWh por ano

Cada uma das pás instaladas conta com 123 metros de comprimento. O peso total das três pás é de 54 toneladas e o peso da sala de máquinas com o gerador no topo da torre é de 385 toneladas. Em uma revolução, as pás da maior turbina eólica do mundo traçam um círculo no ar com uma área de

aproximadamente 50 mil m². A colheita de energia deste setor é de 34,2 kWh. A expectativa é que a produção anual desta turbina instalada na China chegue a 66 GWh.



China está construindo uma turbina eólica de dimensões impensáveis

Assista aqui → <https://youtu.be/Owra4k3Ox1Q>

A planta de demonstração está situada no Parque Eólico Offshore de Fujian, no Estreito de Taiwan, onde o efeito de um túnel de vento natural é exibido. Segundo o grupo das Três Gargantas, o local apresenta condições de quase tempestade por mais de 200 dias anuais, com ventos maiores que 51 km/h.

A resistência do projeto da instalação ao vento é de 287 km/h. Isso é maior do que o tufão que foi registrado anteriormente com força recorde de furacão, que aconteceu na década de 70, quando a velocidade do vento alcançou 260 km/h.

China planeja continuar expandindo o tamanho de suas turbinas eólicas

O mais interessante é que a China continuará ampliando o tamanho das turbinas eólicas, visto que cada novo metro de pá dá um aumento tangível na potência gerada. No final do ano, a China pode começar a instalação ou mesmo o comissionamento de uma turbina de 18 MW, cuja altura da torre ultrapassará um prédio de 70 andares. E também é provável que seja anunciado o desenvolvimento ou mesmo a produção de uma turbina de 20 MW.

A maior turbina eólica do mundo conta com um sistema de geração de energia eólica de última geração, que transforma a energia eólica em eletricidade.

Centenas de sensores e um radar a laser monitoram constantemente o status operacional, detectando unidade, temperatura e velocidade do vento. Com a ajuda de sistemas inteligentes, a turbina pode ajustar automaticamente o ângulo e regular a potência em resposta às condições climáticas.

A ligação da maior turbina eólica do mundo é um marco incrível para o setor de energia limpa. Com sua capacidade de geração de energia limpa e benefícios ambientais significativos, essa turbina ajudará na transição energética e na redução das emissões de CO₂.

Energia eólica se expande ao redor do mundo

Um recorde de 680 GW de capacidade de energia eólica deve ser instalado no mundo até 2027, entretanto os formuladores de políticas devem garantir que os gargalos da cadeia de suprimentos não reduzam a expansão da fonte e coloquem em risco o cumprimento das metas climáticas, de acordo com um relatório do setor divulgado em março.

O relatório do Conselho Global de Energia Eólica (GWEC) afirma que as políticas definiram o cenário para a acelerada implantação de energia eólica onshore e offshore, com expectativa de que a indústria instale 136 GW anualmente até 2027.

Fonte: Mercoshipping Marítima Ltda

Data: 25/07/2023

INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL AVANÇA EM SANTA CATARINA

Informações: TN Petróleo

Com a implantação de 33 km no primeiro semestre do ano, Santa Catarina chegou a 1.470 km de infraestrutura de distribuição de Gás Natural no primeiro semestre de 2023. O combustível abastece

mais de 24 mil consumidores, em 70 municípios catarinenses, e impulsiona cada vez mais o desenvolvimento do estado.

Entre janeiro e junho, a rede de distribuição da SCGÁS chegou a duas novas cidades: Garuva e Guabiruba, que passam a contar com a eficiência energética do gás canalizado. Ainda em junho, foi assinada a Resolução Aresc nº 256, que autoriza a instalação de um Ponto de Entrada de Siderópolis e amplia em mais que o dobro a capacidade de oferta de Gás Natural na região sul do estado. Serão aproximadamente R\$ 38 milhões investidos na expansão que, além de garantir maior segurança operacional, assegura também um aumento na eficiência em toda a cadeia produtiva.

aumento no número de consumidores também foi outro destaque neste período. Nos últimos seis meses, a Companhia registrou cerca de 600 novos usuários, dentre indústrias, comércios, residências e postos de abastecimento de Gás Natural Veicular (GNV).

Além da ampliação de rede, a SCGÁS tem se empenhado para fomentar a competitividade do energético no mercado. A tarifa do Gás Natural em Santa Catarina é regulada pela ARESC e sua revisão acontece semestralmente. Com os reajustes de janeiro e julho deste ano, houve um acumulado de -22,8% na tarifa média do combustível para os segmentos. Para o início do próximo ano, a perspectiva também é de redução tarifária.

Um dos fatores que influenciaram na redução exponencial da tarifa do Gás Natural aos consumidores é a assinatura de melhores contratos de suprimento do energético. A Companhia celebrou duas novas contratações de compra e venda de Gás Natural com a Petrobras, com vigência a partir de 2024 e 2026. Hoje, a SCGÁS passa a contar com 7 contratos de suprimento assinados com a Petrobras, Tradener e Galp, reforçando a dinamicidade no mix de fornecedores, trazendo maior competitividade ao mercado e otimizando as condições de suprimento de Gás Natural em SC.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 25/07/2023

INDÚSTRIA DO AÇO NA AMÉRICA LATINA DEVE VIVER LENTA RECUPERAÇÃO DE DEMANDA NESTE ANO E TEME A COMPETIÇÃO COM A CHINA

Informações: PetroNotícias



Alejandro Wagner, diretor executivo da Alacero (1)

A indústria de aço deve passar por situações distintas em diferentes mercados no médio prazo. De acordo com a Associação Latino-Americana do Aço (Alacero), o consumo global do produto deve crescer 2,3%, ainda afetado pela inflação persistente e altas taxas de juros. Para 2024, a entidade prevê que a maioria das regiões verá uma aceleração no consumo, exceto a China, resultando em crescimento global de aço de 1,7%. Porém, a América Latina está ingressando em um período de desafios em virtude de fracas perspectivas

de crescimento e incerteza política. “A demanda por aço contraiu em todos os países da região em 2022, chegando a 68,7 milhões de toneladas (-8,5%). Todos os setores devem ter um crescimento moderado, e a demanda por aço deve crescer em 2023 e 2024 (1,1% e 2,7%, respectivamente)”, estimou o diretor-executivo da Alacero, Alejandro Wagner. Especificamente sobre o Brasil, a demanda de aço no país em 2022 caiu expressivamente (10,6%) e as projeções para 2023 e 2024 são moderadas. “As altas taxas de juros, as dívidas das famílias e o enfraquecimento do mercado de trabalho suprimirão as atividades de construção, bem como a demanda por bens duráveis em 2023 [no Brasil]”, avaliou Wagner. O diretor da Alacero também mostra preocupação com o excesso de capacidade de produção de aço, em especial o da China. “Esse é um cenário muito preocupante, pois os chineses podem exportar quando há queda no mercado, o que afeta a América Latina”, frisou. “A principal consequência do excedente produtivo chinês é o combate com a manufatura

nacional de forma desleal, tendo em vista as práticas predatórias de comércio e preços depreciados”, concluiu.

Para começar essa entrevista, seria importante fazer um rápido retrospecto sobre o atual quadro de excesso de capacidade de produção de aço em todo o mundo, comparando também com informações sobre a demanda global por aço. Ao que se deve esse excesso?

Foto_1-3A nível global, a capacidade produtiva no setor alcançou um total de 2,463 bilhões de toneladas em 2022.

A produção efetiva, por sua vez, chegou a 1,885 bilhão de toneladas, resultando em um excedente produtivo de 578 milhões de toneladas. Esses dados revelam a capacidade significativa da indústria em atender à demanda mundial.

Na América Latina, a capacidade produtiva foi de 105,9 milhões de toneladas no mesmo ano, com uma produção efetiva de 62,1 milhões de toneladas e um excedente produtivo de 44 milhões de toneladas. Embora a região represente apenas 3,3% da produção global, seu excedente produtivo corresponde a 7,6% do excedente total em nível mundial. Isso indica que a América Latina desempenha um papel importante no equilíbrio da oferta e demanda global.



No entanto, a China se destaca como o principal ator da indústria. Com uma capacidade produtiva de 1,149,9 bilhão de toneladas e uma produção efetiva de 1,018 bilhão de toneladas em 2022, a China gera um excedente produtivo de 44 milhões de toneladas. Isso representa 54% da produção global e um significativo 22,8% do excedente produtivo mundial. A influência da China no mercado global é inegável, demonstrando sua posição dominante na produção e no abastecimento da demanda. Assim, a China corresponde a mais da metade da produção com quase ¼ do excedente produtivo, consumindo muitas matérias-primas, como minério de ferro e carvão, para produzir esse aço. Esse é um cenário muito preocupante, pois os chineses podem exportar quando há queda no mercado, o que afeta a América Latina.

Quais as consequências desse excedente chinês para o mercado, sobretudo para os países da América Latina? Isso traria algum impacto para os preços?

O excedente produtivo da China e sua capacidade de comprar commodities de países latino-americanos levam à exportação de produtos industrializados para a região a preços abaixo do mercado, o que causa a desindustrialização e primarização da economia local. Isso implica na manutenção ou aumento das vendas de produtos básicos e na perda de produção de bens industrializados, afetando a geração de valor agregado e empregos.

A posição dominante da China na produção global de aço continuará a representar desafios para a indústria regional, que também busca tornar-se mais sustentável para cumprir metas globais de redução de emissão de carbono.



Especificamente sobre o Brasil, qual a principal consequência desse excesso?

A principal consequência do excedente produtivo chinês é o combate com a manufatura nacional de forma desleal, tendo em vista as práticas predatórias de comércio e preços depreciados. Assim, reconhecemos o importante papel do Instituto Aço Brasil (IABr) em trabalhar pela implementação de medidas de defesa comercial. Assim, o IABr e a Alacero seguem lutando juntos por nossas indústrias nacionais.

Quais mecanismos o Brasil e a América Latina deveriam adotar para manter a competitividade do aço produzido localmente? Como lidar com a ameaça às vendas de aço produzidas na região?

Primeiramente, a região deve continuar realizando um controle comercial a fim de impedir entrada de produtos por dumping, realizar ajustes fiscais e estruturais que sustentem a competitividade perante os mercados externos e fomentar o comércio intrarregional a fim de tornar a América Latina menos suscetível às interferências dos mercados asiáticos e outros blocos comerciais, no que tange às importações.

A partir dessas ações, buscamos diminuir as assimetrias competitivas, como custos com obrigações fiscais, de logística, recursos humanos e financiamentos. No Brasil, por exemplo, vemos que o alto “Custo Brasil” impacta em um crescimento mais moderado e perda de competitividade, e é esse monitoramento que fazemos perante as principais economias latino-americanas, com o objetivo de ampliar a nossa competitividade.

Poderia apresentar, em linhas gerais, as previsões da Alacero sobre oferta, preço e demanda por aço no Brasil no restante de 2023 e em 2024?

Devido às regras da nossa Associação, não pontuamos a respeito de preços. Contudo, para 2023, espera-se uma retomada do consumo global com crescimento de +2,3%, ainda afetado pela inflação persistente e altas taxas de juros. Já para o ano seguinte, 2024, a maioria das regiões experimentará aceleração no consumo, exceto a China, resultando em crescimento global de aço de +1,7%.



A América Latina está entrando em um período desafiador, com fracas perspectivas de crescimento e incerteza política. A demanda por aço contraiu em todos os países da região em 2022, chegando a 68,7 milhões de toneladas (-8,5%). Todos os setores devem ter um crescimento moderado, e a demanda por aço deve crescer em 2023 e 2024 (1,1% e 2,7%, respectivamente).

Sobre o Brasil, o Instituto Aço Brasil pode comentar melhor e as perspectivas deles também estão disponíveis neste link. No entanto, de maneira breve, a demanda de aço do Brasil caiu substancialmente em 10,6% em 2022 devido à produção lenta e à redução de estoque. As perspectivas para 2023-2024 são moderadas devido à política monetária restritiva e à incerteza fiscal. As altas taxas de juros, as dívidas das famílias e o enfraquecimento do mercado de trabalho suprimirão as atividades de construção, bem como a demanda por bens duráveis em 2023. O setor automotivo brasileiro aumentou a produção em 5,4% em 2022, com forte crescimento das exportações de 27,8%, embora o mercado interno estivesse fraco. O setor automotivo perdeu força no início de 2023; espera-se um fraco crescimento de 2,2%, com uma nova melhoria suave esperada em 2024.

Por fim, muitos dos nossos leitores são membros do setor de óleo e gás do Brasil. Poderia falar do peso dessa indústria atualmente na demanda por aço?

Os setores de óleo e gás são importantes parceiros na indústria, principalmente na indústria do aço. Ao mesmo tempo que fazem parte da nossa cadeia de abastecimento de energia, também fazem parte como setores consumidores. Como por exemplo no caso dos tubos sem costura, utilizados para transferência de insumos nestes setores.

O setor de petróleo em 2022, cresceu nas maiores economias da região, principalmente na Argentina (+12,6%), Peru (+5,6%), Brasil (+4,0%) e Colômbia (+2,4%). A exceção ficou com o México que recuou 2,5% no ano. No mesmo ano, o setor de gás também apresentou forte crescimento, com aumento no Peru (+20,5%), Argentina (+6,8%), Brasil (+3,1%) e México (+1,3%). A Colômbia, entretanto, apresentou queda de 8,3% em 2022.

Assim, ao observar a demanda por aço na região cresceu junto com esses setores e, no caso dos tubos sem costura, cresceu 23,6% em 2022, chegando a um consumo de 1,14 milhão de toneladas. Em 2023, até abril, já foram consumidas 380 mil toneladas, representando um crescimento acumulado de 12,5% frente ao mesmo período do ano anterior.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 25/07/2023

ENERGIA SOLAR CHEGA A 14,7% DA MATRIZ ELÉTRICA, COM + 32 GIGAWATS

Informações: Revista OE



Quase 15% da produção de energia elétrica no Brasil vem de fonte solar. O Brasil tem hoje mais de 32 gigawatts de potência instalada da fonte solar fotovoltaica, que chegou a 14,7 % da matriz elétrica do país. Os dados, que somam as usinas de grande porte e os sistemas de geração própria de energia em telhados, fachadas e pequenos terrenos, foram divulgados pela Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

Desde 2012, a fonte solar já trouxe ao Brasil cerca de R\$ 155,2 bilhões em novos investimentos, mais de R\$ 45,1 bilhões em arrecadação aos cofres públicos e gerou mais de 960 mil empregos acumulados. Com isso, também evitou a emissão de 40,6 milhões de toneladas de CO₂ na geração de eletricidade.

Para o presidente do Conselho de Administração da ABSOLAR, Ronaldo Koloszuk, o crescimento da energia solar, tanto das grandes usinas quanto dos sistemas distribuídos em telhados e pequenos terrenos, fortalece a sustentabilidade, alivia o orçamento das famílias e amplia a competitividade dos setores produtivos brasileiros, fatores cada vez mais importantes para a economia nacional e para o cumprimento dos compromissos ambientais assumidos pelo País.

“Finalmente, o Brasil acordou para a energia solar e seus benefícios. Aproveitar uma fonte de energia limpa e barata ajuda no processo de reindustrialização do País, além de estimular a diversificação do suprimento de eletricidade, reduzindo a pressão sobre os recursos hídricos e o risco de ainda mais aumentos na conta de luz da população”, diz Koloszuk.

Segundo Rodrigo Sauaia, CEO da Absolar, a fonte solar é uma alavanca para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do País, em especial com a oportunidade de uso da tecnologia na habitação de interesse social, como casas populares do programa Minha Casa Minha Vida, bem como em escolas, hospitais, postos de saúde, delegacias, bibliotecas, museus, parques etc.

“O crescimento da fonte solar pode acelerar ainda mais a atração de investimentos, a geração de empregos e renda e a liderança internacional do Brasil na transição energética”, destaca Sauaia.

Ainda segundo dados da Absolar, no segmento de geração distribuída de energia, são 22,4 GW de potência instalada da fonte solar. Isso equivale a cerca de R\$ 113 bilhões em investimentos, R\$ 29,9 bilhões em arrecadação e mais de 672 mil empregos acumulados desde 2012, espalhados pelas cinco regiões do Brasil. A tecnologia solar é utilizada atualmente em 98,9% de todas as conexões de geração distribuída no País, liderando com folga o segmento.

O Brasil possui cerca de 9,6 GW de potência instalada em usinas solares de grande porte. Desde 2012, as grandes usinas solares já trouxeram ao País cerca de R\$ 42,2 bilhões em novos investimentos e mais de 288 mil empregos acumulados, além de proporcionarem uma arrecadação aos cofres públicos que supera R\$ 15,2 bilhões.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 25/07/2023

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

EDITAL PERMITIRÁ REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA BARRAGEM E DA ECLUSA DE BOM RETIRO DO SUL

Propostas serão abertas em 21 de setembro. Melhorias vão beneficiar navegação nos empreendimentos gaúchos e transporte de cargas na região Sul do país



Serão investidos R\$ 80,7 milhões na elaboração do projeto e execução de obras previstas: ações vão durar 37 meses - Foto: DNIT/Divulgação

O Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, iniciou a contratação de empresa para a elaboração de projetos e realização das reformas e modernizações para a barragem e a reclusa de Bom Retiro do Sul, na hidrovia do Rio Taquari (RS). O investimento total é de aproximadamente R\$ 80,7 milhões e os trabalhos serão desenvolvidos ao longo de 37 meses, incluindo as etapas de projeto executivo e de execução das obras previstas nos

dois empreendimentos.

A eclusa da barragem de Bom Retiro do Sul possui o segundo maior movimento no âmbito do DNIT/RS, com volume de tráfego superior a 800 embarcações anuais. Com a reforma, espera-se otimizar a navegação entre o Porto de Estrela, no Vale do Taquari, e o Porto de Rio Grande. Além disso, embarcações com 2.800 toneladas de carga poderão fazer a transposição do desnível introduzido pelo barramento em situação de estiagem na região Sul e na migração.

O edital está disponível desde o dia 19, podendo ser retirado presencialmente, das 8h às 12h e das 13h às 17h, no endereço: Rua Siqueira Campos, 664, Centro – Porto Alegre/RS. O documento também pode ser conferido on-line, pelo link <https://www.gov.br/compras/edital/393012-99-00267-2023>. A abertura das propostas está prevista para o dia 21 de setembro, às 14h.

Próximos passos

O Governo Federal tem o objetivo de recuperar e modernizar todas as barragens – e suas respectivas eclusas – sob a responsabilidade do DNIT nos rios Taquari e Jacuí, no estado do Rio Grande do Sul. Além do edital referente a Bom Retiro do Sul, também estão previstas licitações para as barragens/eclusas de Amarópolis, Fandango e Anel de Dom Marco, as quais serão divulgadas em breve.

Com informações da Coordenação-Geral de Comunicação do DNIT

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 25/07/2023

INFRAESTRUTURA - ORÇAMENTO QUASE QUATRO VEZES MAIOR DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES VAI AMPLIAR CONEXÃO COM O AMAPÁ

Está prevista a aplicação de aproximadamente R\$ 300 milhões pelo Governo Federal em obras. Valor permite construção da primeira IP4 no estado

O reforço do orçamento do Ministério dos Transportes vai ajudar a ampliar a conectividade do Amapá com os outros estados da região Norte e o resto do Brasil. Com cerca de R\$ 300 milhões disponíveis para investimento em 2023, será possível construir a primeira instalação portuária de pequeno porte



(IP4) amapaense e retomar as obras na BR-156/AP, cujas ordens de serviço foram assinadas nesta segunda-feira (24), em Macapá (AP).

Serão investidos R\$ 26,7 milhões para construção da IP4 de Santana, empreendimento que vai impulsionar o turismo local e facilitar o transporte de moradores da região. O porto também vai fortalecer o desenvolvimento econômico da região, que, pelas rotas fluviais, passará a transportar alimentos, medicamentos e vestuários. As obras serão executadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

O IP4 de Santana contará com lojas, lanchonetes e bilheteria. O novo porto terá cais flutuante de 52 metros de comprimento. A instalação portuária inclui a construção de uma passarela metálica de acesso a pedestres. “É uma demanda antiga da população amapaense, de mais de uma década, que estamos transformando em realidade. Esta obra vai mudar diretamente a vida de mais de 100 mil pessoas”, afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho.

Mais investimentos

Além de autorizar o início das obras da IP4 de Santana, o Governo Federal assinou nesta segunda-feira (24) três ordens de serviços fundamentais para promover melhorias na BR-156/AP, nos lotes 1 do trecho Sul e 2 e 3 do trecho Norte. Segundo o DNIT, o lote 1 prevê investimento de aproximadamente R\$ 240 milhões. Já no trecho Norte serão aplicados R\$ 500 milhões.

O prazo de execução dos contratos de pavimentação é de três anos, a depender das condições climáticas. Com extensão de 822 quilômetros, a rodovia corta todo o estado do Amapá e interliga o município de Jari, na divisa do Pará, até Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa.

Com informações da Coordenação Geral de Comunicação Social do DNIT

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 25/07/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – NA ROTA DO DESENVOLVIMENTO E DA INTEGRAÇÃO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

Com a promessa do governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, de ser entregue em dois anos, a Rota Bioceânica se configura como uma grandiosa empreitada que transcende fronteiras, conectando Brasil, Paraguai, Argentina e Chile. Uma obra cuja importância não pode ser subestimada, e sua concretização promete trazer benefícios inestimáveis à economia regional.

Ao encurtar o caminho ao Oceano Pacífico, esse corredor promete reduzir consideravelmente os custos logísticos, abrindo portas para novos mercados e estimulando o comércio internacional.

A entrada do Brasil na Rota Bioceânica se dará pela construção da ponte sobre o Rio Paraguai, na cidade de Porto Murtinho (MS), em conjunto com a cidade de Carmelo Peralta, no Paraguai. Atualmente com 24,68% dos trabalhos concluídos, a ponte tem previsão de conclusão no primeiro semestre de 2025.

Nesse contexto, é fundamental ressaltar o empenho do Governo do Paraguai, que está investindo em obras de pavimentação no norte do país, totalizando quase 500 km, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Uma colaboração que fortalece ainda mais o corredor rodoviário.



Porto Murinho, segundo o governador, já sente os efeitos positivos da Rota Bioceânica, atraindo investimentos privados na rede hoteleira e estruturas para acolher caminhoneiros e oficinas. O cenário para o desenvolvimento é promissor.

Além disso, é inegável que a conclusão da Rota Bioceânica terá um impacto direto no estado de Mato Grosso do Sul, tornando-o mais competitivo e estimulando seu crescimento econômico.

A possibilidade de as cargas nacionais embarcarem pelos portos chilenos e chegarem à China em 12 dias a menos de navegação, comparado aos embarques pelo Porto de Santos (SP), abre perspectivas comerciais inimagináveis. Como já dito acima, essa logística mais eficiente poderá impulsionar ainda mais os negócios locais e aumentar a competitividade do Estado e do país no cenário global.

A Rota Bioceânica se apresenta como uma saída estratégica e promissora para a América do Sul. O empenho conjunto de Brasil, Paraguai, Argentina e Chile na concretização desse projeto é louvável e demonstra o poder do trabalho colaborativo na busca pelo desenvolvimento de uma região tão importante.

Ao encurtar distâncias e abrir novas possibilidades comerciais, a Rota Bioceânica se estabelece como um verdadeiro marco logístico e um passo importante rumo ao crescimento econômico e à integração.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/07/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

NOVO DIRETOR NA CODERN

O advogado Paulo Henrique de Macedo Carlos foi nomeado na segunda, dia 24, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, diretor técnico comercial da Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern). Ele foi indicado pela governadora do Estado, Fátima Bezerra, e teve o nome endossado pelos parlamentares do PT Natália Bonavides e Fernando Mineiro. Paulo Henrique é ex-secretário da Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária (Seara), no Rio Grande do Norte. Foi também assessor da Direção de Tecnologias do Centro de Tecnologias do Gás e Energias Renováveis (CTGAS-ER).

REFORMA TRIBUTÁRIA

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, afirmou na segunda-feira que espera promulgar a Proposta de Emenda à Constituição da Reforma Tributária ainda este ano. A declaração foi em um almoço com empresários do Lide Brazil Investment Forum, em São Paulo. Para ele, a proposta que tramita no Congresso há 30 anos livrará o Brasil de um “manicômio”. A expectativa é que o texto da PEC seja analisado até outubro no Senado e retorne para a Câmara dos Deputados devido às mudanças propostas.

DEPRECIÇÃO ACELERADA I

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, afirmaram na segunda-feira, dia 24, que as duas pastas estudam investir em até R\$ 15 bilhões na indústria através do programa “Depreciação acelerada”.

DEPRECIÇÃO ACELERADA II

Haddad e Alckmin se reuniram nessa segunda-feira na sede da vice-presidência da República. A proposta vai permitir que as empresas abatam no Imposto de Renda os valores gastos com investimentos de forma rápida. Redução de impostos, e diminuição dos custos operacionais, além do aumento da rentabilidade também estarão na medida.

HIDROGÊNIO VERDE

O Ministério de Minas e Energia assinou uma declaração conjunta com mais de 15 países para acelerar o desenvolvimento do comércio internacional de hidrogênio renovável e de baixo carbono, durante a reunião da Ministerial de Energia Limpa, na Índia. O ministro da pasta, Alexandre Silveira, afirmou que o Brasil vem apresentando estratégias para fortalecer a pauta do hidrogênio verde.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/07/2023

REGIÃO CENTRO-OESTE - ROTA BIOCEÂNICA ESTARÁ PRONTA EM DOIS ANOS, DIZ GOVERNADOR DE MS

Eduardo Riedel garantiu prazo durante palestra sobre os impactos do novo corredor rodoviário

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



O governador do Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, falou sobre a Rota Oceânica durante uma palestra sobre os impactos da megaestrada realizada em Campo Grande Crédito: Saul Schramm/Governo do MS

A Rota Bioceânica será entregue em dois anos. Quem garantiu o prazo foi o governador do Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel (PSD), durante uma palestra sobre os impactos da megaestrada realizada na última semana, em Campo Grande, capital do Estado.

A nova rodovia vai passar pelo Brasil, Paraguai, Argentina e Chile e promete trazer benefícios para economia, como a redução dos custos logísticos, investimentos em infraestrutura, fomento e expansão do turismo e acesso a novos mercados comerciais.

“Um conceito sonhado e discutido por muito tempo e que vai se concretizar nos próximos dois anos”, disse Riedel.

O governador destacou que a porta de entrada do Brasil será pelo município de Porto Murtinho (MS), onde está sendo construída a ponte sobre o Rio Paraguai, na divisa com a cidade de Carmelo Peralta, no Paraguai. De lá, o corredor segue pelo norte do Paraguai, entra na Argentina e chega nos portos chilenos, encurtando o caminho ao Oceano Pacífico.

“No Norte do Paraguai são quase 500 km não pavimentados, que agora estão recebendo as obras do Governo do Paraguai, com expectativa de estar tudo pavimentado em 2024. O presidente fez um grande empréstimo junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para viabilizar este corredor”, detalhou Riedel.

Essencial para a concretização da rota, a obra da ponte sobre o Rio Paraguai é a entrada do Brasil na Bioceânica e, de acordo com o governador, está com 24,68% dos trabalhos efetuados, com previsão de estar pronta no 1º semestre de 2025.

O equipamento terá 1.294 metros, está sendo construído pela Itaipu Paraguai, com um investimento de U\$\$ 85 milhões.

Para o governador, a expectativa com a nova rota tem refletido na economia de Porto Murtinho, que já está recebendo capital privado em investimentos na rede hoteleira e em estruturas para receber caminhoneiros e oficinas. “Vai ter este potencial turístico e de cargas”, ressaltou Riedel.

O governador também citou a redução de custos e o aumento da competitividade para Mato Grosso do Sul com a conclusão do corredor rodoviário, que permitirá que as cargas nacionais embarquem pelos portos chilenos e cheguem à China em 12 dias a menos de navegação, se comparado com os embarques feitos pelo Porto de Santos (SP).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/07/2023

REGIÃO NORTE - BELÉM PREVÊ ECONOMIA DA CIDADE CRESCENDO 143%

Secretaria de Turismo projeta que cerca de 9 mil turistas irão injetar ao menos R\$ 5,4 milhões

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br

A temporada de cruzeiros 2023/2024 deve gerar um crescimento de 143% na economia de Belém, capital do Pará, com a injeção de ao menos R\$ 5,4 milhões advindos dos 9 mil turistas esperados no período. A projeção é da Secretaria de Turismo de Belém (Belemtur).

A estimativa envolve os gastos dos turistas nos setores de alimentação, bebidas, presentes, artesanatos, passeios, entre outros, baseado na projeção da Associação Brasileira de Navios de Cruzeiro (Clia), que aponta que os gastos de cada visitante na cidade devem chegar a R\$ 605.

O impacto positivo na economia também está ligado à inclusão de Belém e Santarém, na semana passada, na rota Brazil's Vibrant Coast (Costa Vibrante Brasileira), da atual temporada de cruzeiros da Associação dos Operadores de Turismo dos Estados Unidos (USTOA). A rota tem saídas do Rio de Janeiro e da cidade de Bridgetown, capital da ilha caribenha de Barbados.

Belém também deve seguir a tendência nacional e aumentar a oferta de empregos nesta temporada. Segundo a Clia, o período aponta para um crescimento de 30% em relação às vagas de trabalho que abrangem o segmento.

Na temporada 2022/2023, oito navios aportaram em Belém, com 3.700 turistas. Para a atual, a previsão é de 11 navios, com aproximadamente 9 mil turistas.

A temporada de cruzeiros 2023/2024 terá quase sete meses de duração e, em nível nacional, deverá injetar R\$ 3,9 bilhões na economia.

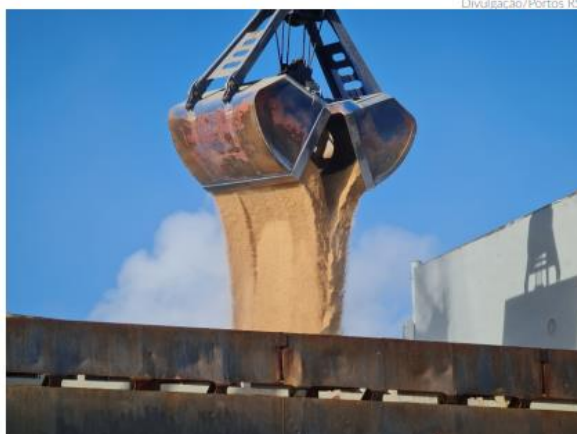
Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/07/2023

REGIÃO SUL - PORTOS GAÚCHOS TÊM AUMENTO DE 7,1% NA MOVIMENTAÇÃO

De janeiro e junho de 2023, terminais portuários movimentaram mais de 20 milhões de toneladas

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br



Divulgação/Portos RS

Segundo a Autoridade Portuária Portos RS, o complexo do Rio Grande é o responsável pela maior parte das movimentações, com 19.097.639 toneladas Crédito: Divulgação/Portos RS

Os portos do Rio Grande do Sul fecharam o primeiro semestre de 2023 com a movimentação de mais de 20 milhões de toneladas e mais de 1.800 embarcações recebidas. De acordo com dados divulgados na última sexta-feira pela Portos RS, o crescimento em comparação ao mesmo período do ano passado foi de 7,1%.

Segundo a Autoridade Portuária, o Porto do Rio Grande é o responsável pela maior parte das movimentações, com 19.097.639 toneladas. Na



sequência, aparecem os Portos de Pelotas e de Porto Alegre, com 638.976 toneladas e 375.697 toneladas, respectivamente. Os graneis sólidos puxam a lista de cargas, que é seguida pelas cargas gerais e graneis líquidos.

No período de janeiro a junho, passaram pelo Porto do Rio Grande 1.513 navios, 257 barcaças pelo Porto de Pelotas e outras 66 pelo Porto de Porto Alegre.

Segundo a Autoridade Portuária, além dos três portos públicos, também estão incluídos nos dados as movimentações dos terminais de uso privado e arrendados, além dos estaleiros Rio Grande e EBR.

Entre as mercadorias com destaque de movimentações no Porto do Rio Grande estão a soja, com variação positiva de 118.05%, a uréia, com 42.94%, o fosfato, com 16.04%, o arroz, com 12.67%, o cloreto de potássio, com 9.83%, e o farelo de soja, com 6.74% de aumento. A movimentação de contêineres também variou positivamente em 11.38%.

Durante o mês de junho, o Porto de Pelotas realizou o embarque de 2.997 toneladas de soja, carregamento que ainda não havia sido registrado neste ano. Além disso, foram 98.258 toneladas de clínquer, que é o cimento na fase bruta de fabricação, e outras 537.721 toneladas de toras de madeira para o beneficiamento da celulose.

Fertilizantes lideram em Porto Alegre

O cais público da capital gaúcha contabilizou no primeiro semestre deste ano 375.697 toneladas movimentadas. A maior parte dessa quantidade é de insumos para a produção de fertilizantes, com 217.186 toneladas. O trigo aparece na segunda posição, com a movimentação de 53.003 toneladas.

O terceiro produto mais movimentado no Porto de Porto Alegre é a cevada, com 47.783 toneladas. O sebo bovino é o quarto colocado, com 34.774 toneladas, e é seguido pelo sal e pela carga geral, com 22.732 toneladas e 219 toneladas, respectivamente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/07/2023

REGIÃO SUL - PORTOS RS REALIZA EXERCÍCIO NO PORTO DE RIO GRANDE

Foram previstos cenários de combate a incêndio, resgate de tripulante e vazamento de óleo
Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br

A Portos RS, Autoridade Portuária dos Portos Públicos do Rio Grande do Sul, realizou na última sexta-feira (21 de julho) um exercício simulado integrado para treinamento das equipes de atendimento de emergência no Porto do Rio Grande. Segundo a Autoridade Portuária, para a realização da atividade foram previstos cenários de combate a incêndio, resgate de tripulante em embarcação e contenção de vazamento de óleo.

Segundo a Portos RS, participaram do exercício a brigada de incêndio da operadora Sagres, o resgate do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo), a equipe da base de emergência do Porto do Rio Grande, integrantes do Centro de Comando e Controle (CCCon) do Porto do Rio Grande, a Navegação Aliança e colaboradores das operadoras Rocha, Rig Port Log e Orion.

As simulações são realizadas de forma periódica pela Portos RS para possibilitar o preparo de suas equipes e dos operadores portuários, além de testar o tempo resposta desses integrantes para o atendimento de uma situação real.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/07/2023

REGIÃO SUL - SÃO FRANCISCO DO SUL FAZ MAPEAMENTO DA PROFUNDIDADE DA BAÍA DA BABITONGA

Resultados obtidos vão servir de referência para a dragagem do canal, segundo a Autoridade Portuária

Por Cássio Lyra cassio@portalbenews.com.br



Divulgação/SCPAR São Francisco do Sul

As informações coletadas com o serviço de batimetria são essenciais para garantir a segurança das embarcações que passam pelo Porto de São Francisco do Sul Crédito: Divulgação/SCPAR São Francisco do Sul

O Porto de São Francisco do Sul realizou na última semana o serviço de batimetria em todo o canal de acesso, localizado na Baía de Babitonga, incluindo os sete berços de atracação. Segundo a Autoridade Portuária, o objetivo serviu para mapear as profundidades da área portuária, realizando um levantamento da topografia submarina. Essas informações são essenciais para garantir a segurança das embarcações que passam pelo porto, pois identificam possíveis locais assoreados.

Ao mesmo tempo, os resultados obtidos vão servir de referência para a dragagem do canal e dos berços, serviço que deverá ser contratado, segundo a Autoridade Portuária, nos próximos meses, a depender das profundidades verificadas pelas batimetrias.

A batimetria é feita por meio de um equipamento chamado ecobatímetro, que verifica a profundidade, através da emissão de sinais acústicos. O aparelho fica dentro de uma embarcação que mapeou durante três dias todo o acesso aquaviário e os cais de atracação. Com os dados obtidos, são produzidos mapas, nos quais cada profundidade é representada por cores diferentes.

O contrato, no valor global de R\$ 2 milhões, prevê um serviço permanente de batimetria, a ser realizado a cada três meses durante dois anos, com possibilidade de se estender para até cinco anos. O pagamento é feito por campanha de batimetria realizada, somente após a realização do serviço.

De acordo com o gerente de Apoio Marítimo, Volnei Batista, a contratação desse serviço demonstra a preocupação da autoridade portuária de São Francisco do Sul com seus clientes.

“Estamos garantindo que os navios possam entrar e sair do Porto de forma segura e eficiente”, afirmou, ressaltando que é a primeira vez que São Francisco do Sul tem um contrato permanente de batimetria.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/07/2023

SINGAPURA - MISSÃO BRASILEIRA CONHECE DE PERTO AS BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA EM SINGAPURA

Delegação é liderada pelo presidente do Conselho Singapore Export, Joel Julius, em parceria com entidades

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br

Membros do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), entidade que reúne representantes de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal, estão visitando Singapura em uma missão liderada pelo presidente do Conselho do Singapura Export, Joel Julius, em parceria com a Fundação Dom Cabral e o Centro de Liderança Pública (CLP).

A viagem foi organizada pela Bossa Marketing & Eventos, empresa do Grupo Brasil Export.



Além das boas práticas de gestão pública, os brasileiros em Singapura puderam conhecer soluções que podem ser aplicadas à realidade brasileira Crédito: Divulgação

A programação começou na segunda-feira, dia 24, e segue até quinta-feira, dia 27, com visita à Embaixada do Brasil no país, agências governamentais e empresas.

De acordo com Joel, a comitiva tem representantes dos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Todos estão no país para conhecer um pouco mais sobre as boas práticas da gestão pública aplicadas em Singapura, além de possíveis parcerias e soluções que podem ser aplicadas à realidade brasileira.

Julius explicou que os principais tópicos trabalhados durante a missão são: gestão de águas e resíduos; transporte; habitação; logística; e governo digital.

Ontem, a comitiva visitou a City Gallery, que demonstra a evolução histórica e arquitetônica de Singapura nas últimas seis décadas. Lá, os participantes puderam entender o modelo de desenvolvimento do país, os planos de infraestrutura e as principais preocupações para gerenciamento de recursos.

Também conheceram a Marina Barrage, principal fonte de água do país, e foram até a Embaixada do Brasil em Singapura para conversar com a Embaixadora Eugênia Barthelmess, chefe do corpo diplomático brasileiro desde 2019. O objetivo foi discutir a percepção brasileira do modelo de desenvolvimento singapuriano e possibilidades de cooperação.

Programação

A missão ainda vai passar pela SCE, agência governamental responsável pela cooperação internacional. Lá, devem ser assinados memorandos de entendimento com o objetivo de promover o diálogo com o setor público e promover soluções de desenvolvimento compartilhado.

A comitiva também conhecerá a Surbana Jurong, principal empresa de planejamento de Singapura, responsável pelo masterplan nacional e investimentos internacionais feitos no arquipélago.

Na área de logística, o grupo visitará o PSA, principal operador portuário do país.

Quanto à tecnologia, a comitiva irá à Smart Nation, empresa que desenvolveu uma série de soluções tecnológicas integradas à população como governança, economia e sociedade digital.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/07/2023

TECNOLOGIA & INOVAÇÃO - O CAMINHO DA TRANSFORMAÇÃO NO SETOR PORTUÁRIO BRASILEIRO

**tecnologia
& inovação**

ROBERTO
PAVECK



A coluna Tecnologia & Inovação é uma contribuição do Conselho Brasil Tech Export, presidido pelo diretores executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Angelino Caputo

Roberto Paveck é Gerente de Planejamento Logístico da Autoridade Portuária de Santos

A inovação desempenha um papel crucial para que as empresas possam se destacar em um ambiente competitivo. Além de impulsionar o crescimento e aumentar a eficiência, a inovação permite às empresas explorarem novas



tecnologias, processos e estratégias, capacitando-as para enfrentar, de forma mais eficaz e sustentável, os desafios futuros.

O setor portuário segue a mesma lógica. Portos são centros logísticos que possuem elevados requisitos em termos de custos, eficiência, segurança e sustentabilidade. Por isso, verifica-se nos portos mais avançados do mundo a adoção, cada vez mais intensiva, de soluções digitais da Indústria 4.0 e aplicativos inteligentes como forma de manter a competitividade frente aos concorrentes.

Portos modernos facilitam a movimentação de mercadorias e serviços entre os mercados, reduzem os custos de transporte e aumentam a eficiência. Assim, as inovações nesse setor geram um valor significativo para a sociedade, além dos benefícios mais óbvios como o aumento do comércio e da competitividade da economia, a inovação tem o poder de criar oportunidades de emprego e renda para as comunidades locais.

No Brasil, a inovação no setor portuário ainda é um tema em evolução, embora já existam iniciativas importantes. O Porto de Itaquí, por exemplo, estabeleceu uma parceria estratégica com a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema) para impulsionar a pesquisa e a inovação no setor. O Complexo do Pecém também firmou parceria com instituições de cinco países, objetivando acelerar os projetos de inovação em hidrogênio verde. Por fim, foi anunciada, recentemente, uma parceria entre a Companhia Docas da Bahia (Codeba) e o Senai – Cimatec para criação de um campus voltado às atividades e pesquisas industriais marítimas em Salvador.

Em Santos, a Autoridade Portuária (APS) tem se destacado ao promover uma agenda voltada para a inovação. Por meio de diversas iniciativas, como a simplificação do processo de parcerias com startups para o desenvolvimento de novas tecnologias, estão sendo enfrentados desafios relacionados à atividade portuária. Destacam-se a melhoria da qualidade das previsões climáticas, o aumento da eficiência das operações de frete de retorno de caminhões, a otimização da programação e atracação de navios e a obtenção de um melhor entendimento da situação do canal de navegação com a criação de um gêmeo digital. Esses avanços foram possíveis graças à colaboração entre a Autoridade Portuária e as startups.

A implementação do Programa de Estágio em Inovação foi outra iniciativa importante. O programa já está na sua 2ª turma e vem preparando jovens graduandos para ingressarem no mercado de trabalho portuário, por meio do desenvolvimento de soluções inovadoras. A iniciativa vem se mostrando extremamente eficiente, visto que os desafios lançados pela Autoridade Portuária aos estagiários, abrangendo processos portuários e demandas do porto, proporcionam um aprendizado intensivo e prático, fundamental para suas carreiras, e importante para buscar soluções inovadoras para as operações portuárias.

A aproximação da Autoridade Portuária com universidades e centros de pesquisa integra o processo de inovação em desenvolvimento. Com a celebração de acordos de cooperação com universidades como a USP, Unisanta e Fatec, a APS fomenta a pesquisa científica, fornecendo informações aos pesquisadores. Um dos resultados dessa parceria é a participação da Autoridade Portuária de Santos em pesquisa da USP e da universidade japonesa de Kyushu visando o desenvolvimento de câmeras inteligentes para a operação portuária.

A busca pela inovação é um processo contínuo e o setor portuário no Brasil tem um longo caminho a percorrer para nivelar-se aos mais avançados do mundo. Já temos boas iniciativas em todas as regiões do país, com programas de inovação sendo estruturados em vários portos, garantindo soluções transformadoras para as atividades portuárias. Em Santos, a Autoridade Portuária está plenamente comprometida com esse projeto, investindo em iniciativas, parcerias estratégicas e recursos para impulsionar a transformação e fortalecer a posição do Porto de Santos como um exemplo de excelência e liderança no cenário da inovação portuária.

Roberto Paveck – Gerente de Planejamento Logístico da Autoridade Portuária de Santos

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 25/07/2023

OPINIÃO – ARTIGOS - DESAFIO ANUAL DE INOVAÇÃO EM SINGAPURA ESTÁ COM INSCRIÇÕES ABERTAS

Organizada pelo PIER71, o Smart Port Challenge reúne startups para apresentar soluções aos desafios enfrentados pela indústria marítima



O PIER71 é uma espécie de hub que reúne empresas de tecnologia do mundo todo focadas em impulsionar a transformação digital da indústria marítima

O PIER71, principal ecossistema de inovação de Singapura focado no setor marítimo, está com inscrições abertas até o próximo dia 31 para a edição 2023 do Smart Port Challenge. A competição anual de inovação reúne startups para apresentar soluções baseadas em tecnologia aos desafios enfrentados pela indústria marítima.

Serão cinco categorias em disputa: Porto Inteligente; Navio Inteligente; Serviços Marítimos e Cadeia Logística; Tecnologia Verde e Descarbonização; e Segurança, Treinamento e Bem-Estar da Tripulação, com prêmios de até 100 mil dólares singapurienses (cerca de R\$ 355 mil).

De acordo com o regulamento publicado no portal do PIER71, a startup candidata deverá seguir os passos abaixo para se inscrever:

1. Selecionar a oportunidade de inovação para a qual deseja fornecer uma solução.
2. Baixar e preencher um questionário para preparar o envio da proposta.
3. Enviar o formulário de inscrição até o próximo dia 31, às 17 horas no horário de Singapura (6 horas da manhã no horário de Brasília).

Ainda de acordo com o regulamento, os finalistas pré-selecionados serão convidados a se inscrever no PIER71 Accelerate, um programa exclusivo de validação de mercado e descoberta de clientes, com duração de sete semanas, apoiado pela educação empresarial de classe mundial da NUS (sigla em inglês da Universidade Nacional de Singapura) Enterprise e curado especificamente para a indústria marítima.

Na fase final, as melhores equipes têm a oportunidade de se apresentar diante de juízes, empresas, investidores e a comunidade marítima para garantir os principais prêmios.

Segundo o cronograma, os pré-finalistas serão selecionados no período entre 2 e 11 de agosto. De 13 de setembro a 8 de novembro eles passarão pelo PIER71 Accelerate.

As semifinais estão marcadas para o dia 17 de novembro e a grande final para o dia 23.

O PIER71

O PIER71 tem como membros fundadores a MPA (Autoridade Marítima e Portuária do Porto de Singapura) e a NUS. As duas instituições estruturaram a organização para aproximar as descobertas acadêmicas do universo corporativo. É uma espécie de hub que reúne empresas de tecnologia do mundo todo focadas em impulsionar a transformação digital da indústria marítima.

Em abril deste ano, a Missão Portuária – Brasil Export 2023 esteve em Singapura e conheceu as instalações do PIER71. Conforme relatou à época o presidente do Conselho do Singapura Export, Joel Julius, a entidade está aberta a cooperar com o setor tecnológico brasileiro. Em princípio, a ideia

é receber startups nacionais na sede asiática, bem como enviar equipes de empresas de lá ao Brasil para troca de conhecimentos.

“O PIER71 é referência quando falamos de inovação e há muitas oportunidades de cooperação tanto no sentido de levar startups brasileiras para Singapura, como o caminho contrário. Eles estão abertos a essa possibilidade. Eles também já têm muitos escritórios no mundo e nem um na América Latina, então a gente entende que o Brasil está em ótima posição para recebê-los e que o Brasil Export pode ser o parceiro ideal”, disse Julius na ocasião.



Mônica, conforme o Leopoldo orientou, junto com o texto que abre a página vai esse outro texto que é pra ser diagramado como um pequeno artigo, junto com a foto do autor. Não tem título. A assinatura eu coloquei embaixo, mas fica à vontade pra encaixar onde achar melhor.

Joel Julius presidente do Conselho do Singapura Export

Com 12 desafios lançados, a PIER71 claramente aponta os caminhos e interesses de Singapura: buscar soluções verdes para o setor fundamental da economia do país – logística.

Inovação e a atenção ao ESG são a essência para que Singapura possa se manter à frente, de maneira a gerar novos investimentos e otimizar seus processos em um Sudeste Asiático que segue em ritmo de crescimento e consumo. Fazê-lo de maneira organizada e duradoura é o segredo para que instituições públicas e privadas possam gerar frutos à sociedade.

Biocombustível não é uma palavra nova em nosso consciente coletivo; a inovação brasileira nos auxiliou a gerar uma solução sustentável e econômica por diminuir a necessidade da importação de derivados de petróleo; o hidrogênio verde, igualmente quebrará mais um paradigma: não somente gerando investimentos ao Brasil, como também desenvolvendo nossa capacidade de criação e rápida adequação às necessidades de mercado.

As oportunidades para startups brasileiras são imensas: além da premiação financeira, estar próximo ao principal centro de tráfego do mundo e ter acesso aos fundos de fomento e co-ideias inovativas será uma excelente vitrine para futuros clientes e investimentos. Unir a criatividade nacional com as demandas asiáticas é, certamente, uma parceria de sucesso.

Mais informações sobre o Smart Port Challenge 2023 podem ser encontradas abaixo, incluindo os detalhes dos desafios e a data final para inscrição.

<https://pier71.sg/smart-port-challenge/smart-port-challenge-2023/innovation-opportunities/>

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/07/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

TERCEIRA SEMANA DE JULHO TEM SUPERÁVIT DE US\$ 1,69 BILHÃO NA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

Informações: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (25 de julho de 2023)



As exportações chegaram a US\$ 6,37 bilhões e as importações, a US\$ 4,68 bilhões – Imagem de vecstock no Freepik

Na terceira semana de julho de 2023, a balança comercial registrou superávit de US\$ 1,69 bilhão e corrente de comércio de US\$ 11 bilhões. As exportações, no período, chegaram a US\$ 6,37 bilhões e as importações, a US\$ 4,68 bilhões. No mês, as vendas externas somam US\$ 20,44 bilhões e as importações, US\$ 14,48 bilhões, com saldo positivo de US\$ 5,97 bilhões e corrente de comércio de US\$ 34,92

bilhões.

No ano, as exportações totalizam US\$ 186,12 bilhões e as importações, US\$ 135,09 bilhões, com saldo positivo de US\$ 51,03 bilhões e corrente de comércio de US\$ 321,21 bilhões. Essas informações foram disponibilizadas na tarde desta segunda-feira (24/7), pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Acesse a Balança Comercial Preliminar Parcial do Mês de Julho/2023 – 3º Semana

https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg_principal_bc/principais_resultados.html

Comparativo Mensal

Nas exportações, comparadas as médias até a terceira semana deste mês (US\$ 1,36 bilhão) com a do mesmo período do ano passado (US\$ 1,42 bilhão), houve queda de 4,1%. Em relação às importações a redução foi de 17,2% pela comparação entre as médias até a terceira semana deste mês (US\$ 965,12 milhões) com a de julho do ano passado (US\$ 1,166 bilhão). Assim, no período em análise, a média diária da corrente de comércio totalizou US\$ 2,328 bilhões e o saldo, também por média diária, foi de 397,81 US\$ milhões. Comparando-se este período com a média de julho de 2022, houve queda de 10% na corrente de comércio.

Setores

Nos embarques ao exterior, o desempenho dos setores pela média diária foi o seguinte: crescimento de US\$ 26,23 milhões (8,2%) em Agropecuária; queda de US\$ 38,04 milhões (-12%) em indústria extrativa e queda de US\$ 49,21 milhões (-6,3%) em produtos da indústria de transformação. Nas compras do exterior, houve queda de US\$ 7,28 milhões (-32,2%) em agropecuária; crescimento de US\$ 10,27 milhões (+14,4%) em indústria extrativa e queda de US\$ 201,16 milhões (-18,9%) em produtos da indústria de transformação.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 25/07/2023

ANTT ABRE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE REGULAÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL DE CARGAS

Informações: ANTT (25 de julho de 2023)



Sessão pública da AP nº 7/2023 será no dia 29/8, no formato híbrido (presencial e virtual)

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) autorizou, nesta sexta-feira (21/7), a abertura da Audiência Pública nº 7/2023, com o objetivo de tornar pública e colher sugestões sobre a proposta de revisão e atualização referente a Regulação do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC), para ser aplicado aos contratos de concessão de rodovias internacionais celebrados entre a ANTT e seus entes regulados.



O TRIC é uma autorização concedida pela ANTT para que empresas nacionais de transporte atuem no transporte rodoviário internacional na América do Sul. O acordo contempla países como a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela e visa facilitar o incremento do comércio internacional por meio dos transportes terrestres.

O prazo para o envio de contribuições será das 8 horas (horário de Brasília) do dia 28 de julho de 2023, até as 18 horas (horário de Brasília) do dia 12 de setembro de 2023.

Os interessados também poderão participar da sessão híbrida (virtual e presencial) da AP ocorre no dia 29 de agosto de 2023, em Brasília/DF, com transmissão ao vivo no Canal ANTT no Youtube.

As informações específicas sobre a matéria e as orientações acerca dos procedimentos relacionados com a realização e participação da Audiência estão disponíveis, na íntegra, no Sistema ParticipANTT. Informações e esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo e-mail ap006_2023@antt.gov.br.

Para entender mais sobre o procedimento de audiência pública, assista a este vídeo. Para saber como enviar sua contribuição, acesse o tutorial do Sistema ParticipANTT.

Serviço:

Audiência Pública nº 7/2023

Período de contribuições: das 8h do dia 28/7/2023 até as 18h do dia 12/9/2023.

Sessão Pública híbrida (presencial e virtual): 29/8/2023, das 14h às 18h (horário de Brasília)

Endereço: Auditório Eliseu Resende – Sede ANTT – Brasília/DF

Transmissão: Canal da ANTT no Youtube

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 25/07/2023

PREFEITURA DE SANTOS PROMOVE SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE AS INTERVENÇÕES DO PARQUE VALONGO

Informações: Prefeitura de Santos (25 de julho de 2023)

A Prefeitura de Santos, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (Sedurb), juntamente com a Autoridade Portuária de Santos (APS), vai realizar a segunda audiência pública referente às intervenções do Parque Valongo e a ocupação dos demais armazéns do Porto de Santos nesta quarta-feira (26), às 18h, na Associação Comercial de Santos (Rua Riachuelo, 14, Centro Histórico).

O Parque Valongo será implantado em área do Governo Federal, que inclui os armazéns 4, 5 e 6 do Porto de Santos, cedida ao Município. O equipamento prevê acesso dos visitantes ao canal do porto. Haverá espaços multiúso, com novo mobiliário, pisos e paisagismo, assim como áreas de contemplação e locais para eventos, atividades esportivas, de lazer e culturais.

“Esta é a segunda audiência que realizamos com o objetivo de ouvir as contribuições, críticas e sugestões ao projeto e a participação popular é extremamente importante nesse processo”, destaca o secretário de Desenvolvimento Urbano de Santos, Glaucus Farinello.

PARQUE VALONGO

No início de maio, a Autoridade Portuária de Santos (APS) fez a cessão gratuita da área que abrigará o Parque Valongo para a Prefeitura de Santos. Trata-se do trecho entre a Rua Riachuelo e a Praça Antonio Telles, que reúne os armazéns 4, 5 e 6. O projeto também contempla o armazém 7, de

responsabilidade da APS, que deve ser destinado a atividades educacionais e tecnológicas em parceria com universidades.

No dia 15 de maio foi assinado o Termo de Responsabilidade de Implantação de Medidas Mitigadoras e/ou Compensatórias (Trimmc) entre a Prefeitura de Santos e a COFCO International Brasil — empresa arrendatária de uma área portuária, no Paquetá, que abrigará o Terminal STS 11 — terminal de grãos.

O Trimmc, no valor de R\$15 milhões, vai custear a revitalização do armazém 4 e a implantação da área cultural e de lazer nos armazéns 5 e 6 previstos no Parque Valongo. Conforme o termo, as obras serão realizadas pela COFCO. A edificação será integrada ao parque, tornando-se um espaço para atividades culturais. Já o espaço entre os antigos armazéns 5 e 6, que não existem mais, será utilizado como a área aberta do projeto. A previsão é de que esta fase do Parque Valongo seja entregue até julho de 2024.

Esta iniciativa contempla o item 9 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU: Inovação e Infraestrutura. Conheça os outros itens do ODS .

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 25/07/2023

VOA BRASIL: VEJA COMO VAI FUNCIONAR, DATA E CONDIÇÕES PARA VIAJAR COM PASSAGENS A R\$ 200

Informações: Moneytimes (25 de julho de 2023)



Imagem de wirestock no Freepik

O Voa Brasil, programa de passagens a R\$ 200, está previsto para entrar em vigor em agosto, conforme informou o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França.

Em diversas declarações, França detalhou alguns aspectos do programa. Segundo ele, os passageiros poderão comprar passagens a R\$ 200 por meio de aplicativo que está sendo desenvolvido pelo governo, em parceria com as companhias aéreas.

“Vamos criar um aplicativo em que você vai digitar seu CPF, se você não voou nos últimos 12 meses, e escreve lá quero ir de Brasília à Manaus. Aí, [o aplicativo] vai te dar todas as opções que são sempre por um valor único de R\$ 200 para ida e R\$ 200 para volta”, explicou França, em entrevista à Voz do Brasil.

Segundo o ministro, as três grandes companhias presentes no Brasil — Gol, Azul e Latam — já concordaram em participar.

Condições do Voa Brasil

A proposta é que os passageiros que não voaram nos 12 meses anteriores terão prioridade no programa. Além disso, os voos devem ser disponibilizados em horários fora do pico.

Dessa forma, as passagens terão valor de R\$ 200 durante os períodos de baixa temporada. As pessoas elegíveis poderão comprar quatro passagens pelo programa Voa Brasil por ano.

“É uma ideia de estimular a aviação e permitir que os que não voam possam voar”, disse França, em audiência em comissão no Senado.

De acordo com as informações já divulgadas, o Voa Brasil será destinado para aposentados, pensionistas e estudantes, além de pessoas que possuam renda de até R\$ 6.800.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 25/07/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

A NOVA CONCEPÇÃO DA PPSA FRENTE À EXPERIÊNCIA NORUEGUESA

Discussão sobre papel da PPSA levanta dúvidas se o futuro da estatal e, indiretamente, o da Petrobras, será promissor ou danoso no papel de comercialização do óleo da União, escreve Nathália Pereira Dias

Opinião 25 de julho de 2023 Em Colunas e opinião, Mercado de gás, Petróleo e gás, Política energética



FPSO instalado no campo de Peregrino, operado pela Equinor na Bacia de Campos (Foto: Øyvind Hagen/Equinor)

A ambição do governo atual e de parte da indústria petrolífera de expandir o mercado de gás natural e garantir o abastecimento nacional de combustíveis tem colocado em segundo plano a função original da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA).

Isso porque a estatal está sendo cotada para ser usada como veículo na implementação de novas políticas de desenvolvimento industrial do governo, como o mais famoso programa Gás para Empregar, que está sob avaliação de viabilidade técnica.

Entretanto, a entrada da PPSA em novos mercados coloca em xeque seu propósito original de atuação: representar a União nos contratos de partilha de produção no pré-sal brasileiro, garantindo a maximização dos benefícios econômicos e sociais para o país.

Ao que parece, o foco agora é tornar a PPSA uma empresa integrada de energia, o que faria com que “competisse” diretamente com a Petrobras.

A PPSA foi concebida em 2010 pelo Ministério de Minas e Energia (MME) com o objetivo de gerir os contratos de comercialização da parcela da produção do pré-sal pertencente à União.

Diferentemente da Petrobras, não atua como uma empresa de exploração e produção, e sim como uma entidade reguladora e fiscalizadora desses contratos.

Seu principal papel é garantir que a produção de óleo e gás nos campos de partilha seja conduzida de acordo com os termos definidos nos contratos, monitorando a produção, a comercialização, a arrecadação de royalties e a distribuição dos lucros entre a União e as empresas contratadas.

Já a Petrobras é uma empresa estatal brasileira de energia integrada, que desempenha um papel abrangente na indústria do petróleo.

Além de ser uma das principais produtoras de hidrocarbonetos do país, a Petrobras também é responsável por várias etapas da cadeia de valor, incluindo exploração, produção, refino, distribuição e comercialização de produtos derivados do petróleo.

Ela atua tanto no mercado interno quanto no mercado internacional, buscando maximizar os lucros e contribuir para o desenvolvimento econômico do Brasil.

A iniciativa do governo Lula junto ao Conselho Nacional de Pesquisa Estratégica (CNPE) e ao MME de ampliar o escopo de atuação da PPSA ainda está em debate.

A ideia é que a estatal não atue apenas no E&P, como gestora dos contratos de partilha e na comercialização do óleo e gás da União, mas também expanda suas atividades em segmentos como o de refino, gás natural e fertilizantes.

Isto implicaria, no mínimo, em uma redução do papel da Petrobras nos segmentos comuns à “nova” PPSA e maior protagonismo desta última como uma empresa integrada de energia.

O caso Petoro e Equinor (ex-Statoil)

Um movimento similar ocorreu há 20 anos na Noruega, com a redução do papel da Statoil no controle da participação do Estado nos campos de óleo e gás, que foi transferido para a Petoro, empresa criada em 2001 para gerir, comercialmente, o maior valor financeiro a partir do SDFI (State's Direct Financial Interest).

A empresa assumiu o gerenciamento das participações do Estado norueguês em campos de petróleo e gás no Mar do Norte, à medida que, paralelamente, a Statoil (atual Equinor) passava por um processo de desestatização e venda de seus ativos.

A ação foi símbolo de uma das principais reformas introduzidas pelo governo Willoch, uma vez que uma empresa originalmente do Estado norueguês era parcialmente privatizada em detrimento da criação de outra concorrente.

Contradições da ‘nova PPSA’

Assim como a PPSA, a Petoro tem o objetivo de maximizar o valor das reservas petrolíferas para o Estado, por meio da gestão eficiente das atividades de exploração e produção, bem como das receitas geradas pela indústria do petróleo e gás.

No entanto, o debate atual sinaliza que a PPSA poderá atuar para além do E&P, se posicionando em novos mercados, ao contrário do que foi feito com a Petoro, que teve a sua atuação mantida no E&P e na gestão do fundo social.

Ademais, a PPSA não foi criada no momento da privatização da Petrobras, o movimento de desestatização e a venda de ativos ocorreu após sua criação.

A Petoro contribuiu com o processo de privatização da Statoil e também participa de investimentos em blocos exploratórios, o que não faz parte do escopo de atuação da PPSA.

É fato que a PPSA foi criada inspirada no caso norueguês. A experiência e o sucesso do modelo norueguês foram considerados referências importantes no momento da criação da PPSA, buscando estabelecer uma estrutura semelhante para a gestão das reservas do pré-sal brasileiro.

O que se pergunta é se o futuro da PPSA, vislumbrado pelo atual governo, e, indiretamente, o da Petrobras, será promissor ou danoso no papel de comercialização do óleo da União.



Há uma grande expectativa por parte do governo na entrada da estatal do pré-sal em novos mercados, o que soa contraditório, uma vez que o sucesso da sua inspiração não foi obtido por este caminho.

Nathália Pereira Dias é pesquisadora do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep), mestre em Engenharia da Nanotecnologia pela

COPPE/UFRJ e pós-graduanda latu senso em Energias na COPPE/UFRJ

Este artigo expressa exclusivamente a posição da autora e não necessariamente da instituição para a qual trabalha ou está vinculada.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 25/07/2023

PREÇO DO DIESEL CAI PARA MENOS DE R\$ 5 PELA PRIMEIRA VEZ EM DOIS ANOS

Recordes de produção nas refinarias da Petrobras e na importação do diesel russo ajudaram a pressionar os preços para baixo

Por epbr 25 de julho de 2023 Em Combustíveis, Comece seu Dia, Petróleo e gás



Governo antecipa em mais 3 centavos alta do imposto do diesel. Na imagem: Foto à contraluz de frentista abastecendo caminhão com óleo diesel (Foto: Divulgação Volvo)

(Foto: Divulgação Volvo)

Preço do diesel cai para menos de R\$ 5 o litro. Recordes de produção nas refinarias da Petrobras e os desembarques de diesel russo ajudaram a pressionar os preços do combustível para baixo.

– Derivado foi vendido nos postos, na semana passada, a R\$ 4,99 o litro, na média – abaixo dos R\$ 5 pela primeira vez desde maio de 2021. Na 1ª semana de janeiro, o litro custava R\$ 6,60, em valores corrigidos pela inflação. (Folha)

– Queda nas últimas semana acontece mesmo sem cortes de preços nas refinarias da Petrobras há mais de três meses, desde que a estatal anunciou mudança em sua política comercial e abandonou oficialmente o preço de paridade de importação (PPI).

Redução dos custos do frete. O preço médio do frete por quilômetro rodado fechou junho em R\$ 7,43, 5% mais barato do que em maio, segundo a Repom, empresa especializada em soluções e pagamento para o transporte rodoviário.

– A queda é atribuída à redução no preço do diesel e a ajustes feitos na tabela do frete — que devem ocorrer sempre que o valor do combustível oscilar mais que 5%. (Broadcast)

Janelas fechadas. Segundo cálculos da Abicom (importadores) as janelas de importação de diesel e gasolina estão fechadas a quase 70 dias. Isso porque os preços domésticos dos dois combustíveis estão abaixo dos de importação em todos os polos analisados pela entidade.

– Para o diesel, a defasagem calculada pela entidade varia de R\$0,63 a R\$0,35 por litro; para a gasolina, de R\$0,66 a R\$0,34.

A Abicom levou a situação ao Cade, após a Petrobras mudar a formação de preços. O governo saiu em defesa da nova prática, com críticas ao setor: Importadores de combustíveis tentam impedir o livre mercado, diz ministro

Petróleo atinge máxima em três meses. Brent, para entrega em setembro, subiu 2,06% nesta segunda (24/7), a US\$ 82,74 – na máxima desde 19 de abril. Cotação foi impulsionada pela expectativa de que a China libere mais estímulos econômicos e que a oferta global permaneça apertada no segundo semestre. (Valor)

Ações de fornecedores sobem. Empresas da indústria de bens e serviços de perfuração subiram cerca de 35% em Nova York até agora, no ano. Companhias como a Noble, Transocean,



TechnipFMC e Oceaneering vêm se beneficiando de um momento de contratos atraentes com produtores. (Broadcast)

Vai faltar petróleo? Apesar das preocupações com o subinvestimento em exploração e produção, o pico da demanda de óleo e gás poderá ser atendido, na década de 2030, sem a necessidade de um aumento substancial nos níveis atuais de investimentos da indústria petrolífera – da ordem de US\$ 500 bilhões por ano, de acordo com um novo relatório da Wood Mackenzie. (epbr)

– Análise vem em linha com um estudo recente da Rystad Energy, outra consultoria global da indústria de óleo e gás, que vê exagero nos alertas sobre o subinvestimento crônico na indústria de óleo e gás e riscos de escassez de oferta a curto prazo.

Petrobras vai arrendar estaleiro. Estatal lançou um edital de licitação para o arrendamento de 321.600 m² que cobrem o estaleiro Inhauma, no Rio de Janeiro, dando acesso a todas as instalações e infraestruturas existentes. O pátio foi usado no passado para converter quatro cascos de FPSO destinados ao pré-sal de Búzios. (Upstream)

Firjan estima 21 mil novos empregos em óleo e gás até 2028. As novas plataformas de petróleo previstas para entrarem em operação entre 2023 e 2028, no país, devem gerar cerca de 6,9 mil empregos diretos nas plataformas e 13,8 mil indiretos, nos diversos segmentos da cadeia produtiva. (epbr)

Suzana Kahn assume diretoria da Coppe/UFRJ. A especialista em mudanças climáticas assume nesta segunda (24/7) e vai acumular a função de presidente do comitê científico do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (IPCC). (Agência Brasil)

Chevron estende mandato de CEO. Mike Wirth ficará mais tempo no cargo, apesar da idade de aposentadoria compulsória, em meio a momento turbulento no mercado. A companhia mantém um elevado programa de recompra de ações, de US\$ 17,5 bilhões por ano – patamar igual à da ExxonMobil, que tem um valor de mercado 40% maior. Ainda assim, ações da Chevron estão em queda este ano. (Bloomberg)

Shell vence tese de ambientalistas no Reino Unido. A Suprema Corte de Londres rejeitou o processo da instituição de caridade ambiental ClientEarth contra a Shell, por causa de sua estratégia climática. O acionista ativista alega que a empresa não pode atingir sua meta de emissões líquidas zero até 2050 com sua atual estratégia de transição. (Reuters)

Ambição indiana. O ministro de Energia da Índia, Raj Kumar Singh, disse que a participação da capacidade renovável instalada na Índia pode aumentar para 65-68% até 2030, já que a meta de chegar a 40% foi alcançada com nove anos de antecedência. (Argus)

GNLink e Migratio formam parceria para biometano. A distribuidora de gás e a comercializadora paulista anunciaram um acordo de cooperação para viabilizar projetos de produção de biometano até 2025. As duas companhias vão desenvolver operações verticalizadas, desde a identificação de oportunidades para a captação de biogás até a produção do biometano para comercialização. (epbr)

Braskem aumenta produção de eteno renovável. A empresa investiu US\$ 87 milhões na expansão de 30% da capacidade de produção de sua planta de eteno de origem renovável, no Polo Petroquímico de Triunfo, Rio Grande do Sul. O eteno bio-based da Braskem é produzido a partir do etanol de cana-de-açúcar, que remove o CO₂ da atmosfera e o armazena em uma variada gama de produtos de uso diário.

Chamada para inovação. A Comgás iniciou, na sexta (21), a primeira Chamada de Inovação Aberta Setorial para o ciclo 2023/2024 da Plugue, o hub de inovação da companhia.

– Com participação da GasBrasiliiano, Naturgy, Sulgás e Copergás, o programa estima investimentos de mais de R\$ 10 milhões. As inscrições são gratuitas e estão disponíveis pelo site até o dia 10 de setembro.

O mercado livre de energia bateu recorde de novos consumidores no primeiro semestre de 2023, segundo a CCEE. Foram 3.330 migrações entre janeiro e setembro, alta de 52% em relação ao mesmo período do ano passado. (epbr)

Renováveis no Nordeste. A Trinity Energias Renováveis planeja investir R\$ 300 milhões para ampliar sua área de atuação do Sudeste para o Nordeste, com 15 usinas solares nos estados de Pernambuco, Ceará e Bahia. As unidades devem entrar em operação entre dezembro deste ano e julho de 2024. Até 2025, a empresa espera alcançar 100 MWp.

GD compartilhada. A AXS Energia anunciou nesta segunda (24/7) a captação de R\$ 144 milhões para geração de energia solar, por meio de certificados de recebíveis. A estratégia da companhia do segmento de geração distribuída compartilhada prevê um investimento de R\$ 1,5 bilhão para 302 MWp em 96 usinas até 2025. (epbr)

Mentoria de eficiência energética. As inscrições para a mentoria gratuita oferecida pelo Senai e PotencializeEE encerram nesta quarta (26/7). O programa oferece aulas online e ao vivo — teóricas e práticas —, além de suporte individualizado para pequenas e médias empresas de São Paulo. Regulamento e inscrições no site do PotencializeEE.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 25/07/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

APÓS SINAL VERDE DE LIRA PARA REFORMA ADMINISTRATIVA DE GUEDES, LÍDER DO 'BLOCÃO' DIZ QUE 'NÃO HÁ CONCORDÂNCIA'

Deputado André Figueiredo afirma que será necessário um novo texto sobre o tema. PEC do governo Bolsonaro prevê fim de “penduricalhos” para servidores, mas mantém privilégios para cúpula do judiciário e militares

Por Victoria Abel — Brasília



Alckmin e os líderes do bloco Felipe Carreras e André — Foto: Figueiredo Genilson Frazão

O líder do bloco na Câmara dos Deputados, André Figueiredo (PDT-CE), disse ao GLOBO que não há acordo para a reforma administrativa, editada pelo governo Jair Bolsonaro, avançar na Casa. Em alinhamento com o governo Lula, ele afirma que será necessário o envio de uma nova proposta. O bloco reúne o maior número de parlamentares com as legendas União Brasil, PP, PSDB-Cidadania, PDT, PSB, Avante, Solidariedade, Patriota.

— Com certeza não há concordância. Não tem como passar. Deverá ter um novo texto — afirmou.

Também da base governista, André Figueiredo acredita que essa não seja a prioridade do governo do momento. Além do arcabouço fiscal, que voltou para a aprovação dos deputados, a base de Lula



deve concentrar esforços na aprovação da reforma tributária de consumo nas duas Casas, reforma do Imposto de Renda, taxaço de super-ricos e das apostas esportivas.

Lira disse nesta segunda-feira que a proposta que muda benefícios e regras para o serviço público será o “próximo movimento” da Casa. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) foi aprovada por comissão especial destinada a discutir a matéria em setembro de 2021. Desde então, a proposta segue travada na Casa. Lira quer retomar a discussão em meio a uma agenda de propostas e projetos reformistas aprovados pela Câmara, como o arcabouço fiscal e a reforma tributária.

Em declarações para a Folha de S. Paulo e o Uol, a ministra da Gestão, Esther Deweck, já disse ser contra a proposta de reforma administrativa do governo anterior e afirmou que o governo Lula não vê a proposta como uma prioridade para reduzir custos na máquina pública. Para ela, seria mais efetivo redimensionar a folha de pagamento para ajustar a necessidade de servidores a cada órgão.

Alívio no bolso: IPCA-15 tem deflação em julho, com queda no preço da energia elétrica
A reforma administrativa, enviada pelo ex-ministro da Economia Paulo Guedes ao Congresso, e relatada pelo deputado Arthur Maia (União-BA), prevê, por exemplo, a queda da progressão automática de carreira e a permissão para reduzir salários. Mas mantém benefícios a juizes, promotores e militares.

Entre os pontos de destaque da proposta que poderiam impactar novos servidores, estão:

- fim de férias superiores a 30 dias por ano;
- fim da progressão automática e adicionais por tempo de serviço;
- proibição de aumentos ou indenizações com efeitos retroativos;
- proibição de aposentadoria compulsória como forma de punição.

O fim dos benefícios, porém, não atinge cargos do alto escalão do judiciário e Ministério Público.

A proposta também incluiu:

- acordo com empresas privadas para execução de serviços públicos;
- prazo ampliado máximo para a contratação de servidores temporários na administração pública de 10 anos;
- aposentadoria integral para os policiais legislativos, distritais, rodoviários federais e ferroviários federais que ingressaram até 2019;
- permite que a administração pública reduza a jornada e o salário de servidores em até 25% em tempos de crise;
- incluir guardas municipais no rol de órgãos de segurança pública.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/07/2023

ARRECAÇÃO FEDERAL FICA EM R\$ 180 BILHÕES EM JUNHO E FECHA SEMESTRE COM O MELHOR RESULTADO DESDE 1995

A soma dos impostos, contribuições e demais receitas ao governo havia sido de R\$ 186 bilhões no sexto mês de 2022

Por Renan Monteiro — Brasília

A arrecadação do governo federal somou R\$ 180,4 bilhões em junho de 2023, queda de R\$ 6,2 bilhões em relação ao mesmo mês do ano passado. No acumulado do primeiro semestre, no entanto, as receitas do governo chegaram a R\$ 1,152 trilhão, o melhor número desde o início da série histórica, em 1995. A Receita Federal divulgou os dados nesta terça-feira.

A soma dos impostos, contribuições e demais receitas ao governo havia sido de R\$ 186,7 bilhões no sexto mês de 2022. Os valores são reais, isto é, já considerando a inflação.

- A soma do primeiro semestre deste ano é de R\$ 1,152 trilhão;
- O acumulado é o maior da série histórica iniciada em 1995;
- De janeiro a junho do ano passado, o total arrecadado foi de R\$ 1,149 trilhão. Também havia sido o maior da série.

Com o crescimento da população e da economia, a tendência é de aumento da arrecadação a cada ano. Com isso, outro indicador relevante é o nível de aumento no período. Neste caso, houve queda em relação ao ano passado.

O primeiro semestre de 2022 registrou aumento de R\$ 113,9 bilhões em relação ao primeiro semestre de 2021, já com correção inflacionária. De janeiro a junho deste ano, o aumento foi de R\$ 3,5 bilhões em relação ao mesmo período do ano passado.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/07/2023

BNDES PREVÊ LINHA DE CRÉDITO PARA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA COM 3% DE JUROS AO ANO

Taxas reduzidas para setor de tecnologia dependem de aval do CMN

Por Victoria Abel — Brasília



O presidente do BNDES Aloizio Mercadante — Foto: Cristiano Mariz

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, disse nesta segunda-feira que o banco está prestes a lançar uma nova linha de crédito para atender ao setor de tecnologia. As taxas terão o limite máximo de 3% ao ano.

- É uma taxa de juros de até 3% ao ano, para estimular a inovação e a digitalização. Isso deve contribuir para acelerar os investimentos na indústria - afirmou

Mercadante

De acordo com a assessoria do BNDES, a linha ainda depende do aval do Conselho Monetário Nacional (CMN) para entrar em vigor.

Mercadante contou ainda que o Fundo do Clima, destinado a projetos relacionados à redução de emissões de gases do efeito estufa e à adaptação às mudanças do clima, terá um acréscimo ao valor de R\$ 7,5 bilhões, baseado no próprio rendimento.

- Vamos ter um acréscimo em torno de R\$ 620 milhões no Fundo do Clima. É um fundo que o Brasil tem imenso potencial para captar investimentos - afirmou.

Mercadante esteve no Ministério da Fazenda, onde se encontrou com o ministro Fernando Haddad.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/07/2023

MARINHO VAI A FAZENDA E PEDE A HADDAD SOLUÇÃO PARA ROMBO DE R\$ 4 BILHÕES DO FAT

Ministro do Trabalho disse que levou “preocupação” com o fundo

Por Renan Monteiro e Victoria Abel — Brasília



Ministro do Trabalho, Luiz Marinho afirma à Firjan que vai adiar nova etapa do eSocial – Foto : Reprodução

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, pediu ao ministério da Fazenda nesta segunda-feira uma solução para o déficit de R\$ 4 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O tema está sendo debatido pelo ministro Fernando Haddad e equipe.

Além de Marinho e Haddad, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, participou da reunião. Uma das opções à mesa é utilizar aplicações do banco de

desenvolvimento.

— A reunião foi boa, viemos trazer a preocupação com a preservação dos fundos de investimento, como o caso do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Em 2019, instituiu a obrigação do pagamento de despesa previdenciária. Isso aqui, no tempo, vai comprometer esse fundo de investimento, que é muito importante para o financiamento (destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico) — disse Marinho.

Parte da arrecadação do PIS/Pasep está indo para o financiamento de gastos previdenciários e não mais para o FAT. Com isso, a receita total do fundo está caindo.

Mercadante disse que não concorda com a solução que utilize recursos do banco.

- A equação do FAT tem que passar pelo Congresso Nacional. Essa é a nossa posição. É um problema de médio e longo prazos. O FAT foi criado para financiar o seguro-desemprego e o investimento gerador de emprego, ele não pode perder essa dimensão. Foi colocado ao FAT o financiamento de previdência social, ele não foi concebido para isso, nem é o seu papel. Temos tempo para equacionar isso, não é um problema urgente - disse o presidente do BNDES.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/07/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

‘A LEI DE LEVAR VANTAGEM EM TUDO NÃO PODE SER A BASE PARA A REFORMA TRIBUTÁRIA, DIZ APPY

Secretário do Ministério da Fazenda afirma que hoje maior ruído nas discussões vem dos serviços prestados a empresas, que vão ser beneficiados pela transferência de crédito

Por Fernanda Trisotto e Eduardo Rodrigues

ENTREVISTA COM

Bernard Appy - Secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda

BRASÍLIA - O secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, avalia que a disputa setorial ficou mais barulhenta após a aprovação na Câmara da proposta de emenda à Constituição (PEC) que visa alterar a tributação sobre consumo no País.

Em entrevista ao Estadão/Broadcast, ele pondera que o setor de serviços é mais beneficiado pelas alterações, mas desconsidera fatores como recuperação de crédito na hora de estimar impactos.

“Quem está fazendo muito barulho agora são os serviços prestados no meio de cadeia que serão beneficiados pela reforma tributária. E a parcela de serviços que serão prestados ao consumidor final que não está com alíquota reduzida ou regime específico é minúscula”, avalia Appy.

“É o mínimo. Na verdade, é daí pra mais. Se isso vai virar aumento da rentabilidade do prestador ou redução de custos para o tomador, o mercado é que vai decidir. É mais provável uma composição dos dois”, completa o secretário.

Veja os principais trechos da entrevista:

O texto aprovado na Câmara dos Deputados já traz bastantes exceções para serviços e ainda assim o setor não está satisfeito. Como o senhor enxerga esse movimento?

É comum o pessoal usar o dado das Contas Nacionais que serviços seriam 73% do Produto Interno Bruto (PIB). Desse total, você tem serviços que simplesmente não estão sujeitos à incidência dos novos tributos, que somam 26% do PIB. Aí temos os serviços que estão preservados dentro da reforma tributária e os regimes específicos, que correspondem a 33,5% do PIB. O que sobra são 13,7%. Desses, 12,4% são serviços prestados principalmente para empresas, como atividade-meio. No fundo, sobrou 1,3% do PIB que efetivamente não está sendo contemplado em nenhuma hipótese. Desse 1,3%, a gente estima que 0,3% seja de empresas que estão no Simples, que está contemplado, 0,4% é empresas informais, e 0,6%, outras empresas. No fundo, é absolutamente residual o que não foi contemplado na reforma tributária.



Bernard Appy, secretário da Reforma Tributária Foto: Wilton Junior/Estadão

Por que esse residual tem tanta voz?

Quem tem voz não é o residual. Quem está fazendo bastante barulho, inclusive confundindo, são os serviços prestados principalmente a empresas. A gente pega vários advogados agora falando que terão aumento de tributação. Os grandes escritórios de advocacia, que de fato estarão sujeitos ao novo regime, prestam serviços predominantemente a empresas. Neste caso, eles estarão sendo beneficiados pela reforma tributária porque eles vão transferir

integralmente o crédito. Mesmo que sejam pouco tributados hoje, eles não transferem créditos e vão passar a transferir crédito.

Quem contrata vai conseguir recuperar o crédito?

Sim. Para essas empresas, uma parcela pequena do serviço é prestado para pessoa física, e aí teria um aumento de custo. A questão é a seguinte: você tem 80% dos seus serviços prestados a empresas e terá uma redução de custos. Você tem 20% (de serviço) prestado para pessoa física e terá aumento de custo. Não faz sentido eu falar que você tem de se beneficiar em tudo. A “Lei de Gérson” não pode ser a base para discussão da reforma tributária. Não dá para levar vantagem em tudo. Eles já estão sendo beneficiados porque prestam serviço predominantemente para empresas. Aí dizem: “E o pequeno advogado que presta serviço para a pessoa física?” Esse cara está no Simples e vai poder continuar a estar no Simples. No fundo, é muita chiadeira por pouca base.

Em outros países que usam o IVA, há tratamento diferenciado para esses profissionais que prestam serviços jurídicos?

Não tem. Outros países com IVA não têm tratamento favorecido para esse tipo de profissional. É a alíquota normal. Quando tem alíquota diferenciada, são coisas de interesse público, como saúde e educação.

Quando o setor alega o aumento de alíquota não fala sobre a compensação de crédito...

Exatamente. Nenhum desses prestadores de serviço considera que o tomador de serviço vai recuperar o crédito, que eles próprios vão recuperar o crédito de insumos. Mesmo que seja pouco, 20% do faturamento já tem um peso de tributos que eles não recuperam. E o tomador de serviço,

sobretudo, vai recuperar 100% do crédito. A grande questão é que a resistência está vindo dos serviços de meio de cadeia.

Por que o senhor avalia que a resistência vem desse meio de cadeia? Não entenderam ainda a proposta ou têm outro interesse? Por exemplo, a redução de litígio e contencioso.

Isso faz parte da melhoria do ambiente de negócios do País. Não vai acontecer do dia pra noite. Ainda tem muito tempo para que o processo de simplificação acabe. Ainda tem todo o contencioso dos tributos atuais que ainda vai permanecer por muito tempo. E não dá para tentar justificar você não melhorar porque alguém se beneficia da ineficiência do sistema tributário atual. Nem acho que seja isso. Tem muito a ideia de não considerar que vai poder tomar crédito e de querer vantagem em tudo. Eu quero ganhar quando eu presto para a empresa, porque eu vou dar crédito, e quero ganhar quando eu presto serviço para a pessoa física também. Aí é difícil fechar a conta.

O senhor acha que o aumento de exceções no texto da Câmara deu força para esse movimento?

Tentar (exceção) sempre faz parte do jogo democrático. Não devemos proibir ninguém de pedir tratamento favorecido. Tem de ter um debate racional sobre se o setor está sendo prejudicado ou não, e a tendência é o setor vir com metade da conta.

Não há o risco de se passar uma emenda para atender uma parcela tão pequena do setor com um impacto muito maior na alíquota geral?

A decisão política tem que considerar primeiro se o setor de fato está sendo prejudicado pela reforma. E, em segundo lugar, qual é o efeito para os demais setores da economia de você dar um tratamento diferenciado para um setor. Se eu quiser reduzir a alíquota quando o serviço é prestado para o consumidor final, isso significa que os demais setores terão uma alíquota mais alta para compensar essa perda de arrecadação. O importante é que o Congresso tome uma decisão informada. E a decisão informada tem que considerar se o setor é prejudicado ou beneficiado pela reforma, e que qualquer benefício para um determinado setor vai ter custo para os demais setores da economia.

O senhor acha que debater sem colocar os valores das alíquotas atrapalha o entendimento mais claro da reforma?

Eu acho que nessa hora a gente vai ter de colocar os valores (das alíquotas) na mesa para discussão com o Congresso. Faz parte do debate.

Esse é hoje o maior ruído para começar a negociar com o Senado?

Vamos ter que ouvir o Senado. Nessas semanas após a aprovação pela Câmara, é o que tem feito mais ruído. Mas acho que as questões federativas também serão um ponto importante de atenção pelo Senado, até por ser a casa da federação. Mas o que afeta mais a alíquota geral é a definição sobre os setores favorecidos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 25/07/2023

CAMPOS NETO: TCU INVESTIGARÁ DECLARAÇÃO DE PRESIDENTE DO BC SOBRE GESTÃO TERCEIRIZADA DE ATIVOS

'A gente [Banco Central] teve um programa grande de gestão terceirizada', disse Campos Neto em entrevista

BRASÍLIA - O Tribunal de Contas da União (TCU) abriu um processo para apurar indícios de irregularidades na declaração do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, sobre uma possível adoção de gestão terceirizada de ativos do BC, como as reservas internacionais. O processo foi aberto para analisar a procedência da representação feita pelo subprocurador-geral do Ministério Público do TCU, Lucas Furtado, e o relator será o ministro Benjamin Zymler.

O requerimento feito por Furtado tem base em declarações dadas por Campos Neto em entrevista veiculada pela gestora BlackRock na quinta-feira, 20. Segundo disse o presidente do BC na entrevista que foi gravada no dia 13 de junho, o órgão já teve uma gestão terceirizada anteriormente e uma retomada ajudaria a expandir os tipos de classes de ativos na carteira da autarquia.

“A gente está aberto a essa terceirização, vamos dizer assim, à gestão externa”, afirmou Campos Neto, conforme trecho presente na representação do subprocurador-geral. “A gente teve um programa grande de gestão terceirizada. Hoje, grande parte da gestão não é terceirizada, mas a gente está aberto a fazer a gestão terceirizada, principalmente porque a gente está olhando novas classes de ativos.”

Furtado observou que as reservas internacionais são um dos principais ativos do BC e servem como um colchão em momentos de turbulência. No fim de junho, o saldo era de US\$ 343,620 bilhões. “Com reservas internacionais bem administradas, o risco de o País não conseguir honrar seus compromissos financeiros em moeda estrangeira é reduzido, o que afeta a imagem do País aos olhos dos investidores estrangeiros, bem como a possibilidade de o País financiar a dívida pública com emissão de títulos”, argumentou o subprocurador-geral na representação.



O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto
Foto: Andressa Anholeté/ Bloomberg

No documento, Furtado ainda pediu que o relator determine, em caráter cautelar, que Campos Neto e o BC se abstenham de realizar tratativas sobre a gestão terceirizada de reservas internacionais. Além disso, pede que seja solicitada com urgência explicações do presidente do BC.

Com base nas declarações de Campos Neto, o PT também elevou o tom das críticas ao chefe da autoridade monetária, que são recorrentes devido à manutenção da taxa Selic em 13,75% ao ano. Em texto publicado no site do partido, Campos Neto é chamado de “lacaio” e “capacho” do sistema financeiro. “Reafirmando o papel de lacaio do sistema financeiro, Neto revelou o mais novo plano para destruir a soberania nacional: terceirizar a gestão de ativos brasileiros. Em outras palavras, entregar ao capital especulativo estrangeiro as reservas internacionais do Brasil”, diz a publicação.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/07/2023

BRASIL ULTRAPASSA MARCA DE MIL CONCESSÕES E PPPS ATIVAS E TEM DESAFIO DE DESTRAVAR PROJETOS

Maior parte dos contratos é na área de água e esgoto, mostra levantamento; medidas divulgadas pela Fazenda podem dinamizar mercado

Por Anna Carolina Papp e Adriana Fernandes

BRASÍLIA - Com dimensões continentais e limitações fiscais, o Brasil tem recorrido cada vez mais à iniciativa privada para lançar mão de projetos de infraestrutura. O País ultrapassou a marca de mil concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) ativas, ou seja, que já tiveram os contratos iniciados e estão em andamento. Segundo levantamento da consultoria Radar PPP, até a metade de junho, 1.017 contratos já haviam sido iniciados, tanto de concessões como de PPPs.

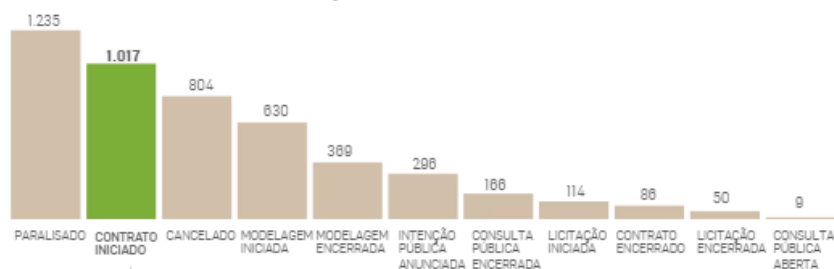
A maior parte desses contratos, feitos entre o governo e a iniciativa privada, é na área de água e esgoto (139), seguido por estacionamento (111), unidades administrativas e serviços públicos (100) e cultura, lazer e comércio (96). Já no recorte por ente concedente, 70% dos contratos (705) são municipais.

“A administração pública brasileira está se modernizando no sentido de adotar cada vez mais contratos como PPPs e concessões para satisfazer as necessidades públicas, inclusive aquelas de projetos menores”, afirma Guilherme Naves, sócio da Radar PPP.

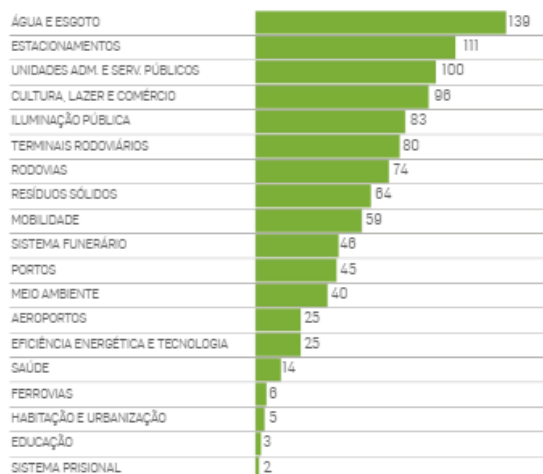
PPPs e concessões

Brasil passou a marca de mil contratos em andamento

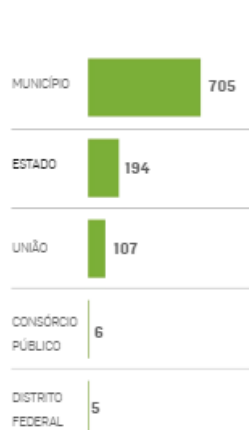
Quantidade de projetos por situação



Contratos iniciados por segmento



Contratos iniciados por ente concedente



Fonte: Radar PP

ESTADÃO #1

Ele destaca que a importância dessas modalidades vai muito além dos grandes projetos, como concessões de aeroportos ou rodovias, que acabam ficando mais conhecidos. “A gente tem muito projeto de iluminação pública, projeto de estacionamento, de parques urbanos. O ponto principal é que existe uma mudança do paradigma do modelo principal predominante que os governos têm usado para recorrer à iniciativa privada. E o empresariado que não se atenta para isso vai ficar de fora da cena”, diz.

Nas concessões, uma empresa privada adquire o direito de operar um ativo por um determinado tempo. Sua fonte de ganhos vem da tarifa cobrada ou de outros tipos de receita, sem que haja uma compensação do governo. Já nas PPPs, o poder público banca uma parte dos custos de operação. Nas duas modalidades, porém, o Estado continua o dono do bem público -- diferentemente do que acontece na privatização, que é a “venda” do ativo.

Com a crise fiscal enfrentada pelos cofres federais, estaduais e municipais, as parcerias com o setor privado se tornaram cada vez mais relevantes para garantir o aumento dos investimentos em infraestrutura. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que é avesso a privatizações, tem visto nas PPPs e concessões uma alternativa para buscar o capital privado, o que vem sendo reforçado pela equipe econômica.

Em abril, o Ministério da Fazenda apresentou uma série de medidas numa tentativa de melhorar o cenário de crédito do País e estimular o uso de parcerias com o setor privado, como dar garantia do



governo federal a operações de PPPs realizadas por Estados e municípios. Pela medida, o Tesouro Nacional se torna o garantidor das contrapartidas e, em caso de inadimplência, pode acessar os recursos das transferências obrigatórias dos fundos de participação dos Estados (FPE) e dos municípios (FPM).

“Eu vejo nessa medida um potencial gigantesco de aumentar os projetos de PPP e concessão, sobretudo aqueles que confiam numa quantidade expressiva de pagamento governamental. Sendo acionada esse tipo de garantia, a concessionária fica protegida desse risco de não pagamento do governo subnacional (Estado ou município)”, diz Naves. “Então, à medida que se comunica para o empresariado que é isso que vai acontecer a partir de agora, a intenção é que muitos desses projetos que ficaram represados porque havia receio sobre a capacidade de conseguir ou não licitar com sucesso possam ser resgatados.

O desafio é grande. Apesar da marca expressiva que foi atingida de projetos ativos, um número ainda maior de projetos estão hoje paralisados no País: 1.235. Para Naves, essas medidas anunciadas pela equipe econômica podem ajudar a destravar esses projetos, sobretudo em áreas que hoje são deficitárias. “O Brasil tem hoje só 14 PPPs e concessões de saúde, três de educação, o que é totalmente incompatível com a nossa realidade. Então, esse artifício serve justamente para essas estruturas sociais.”

Transportes

Outra área hoje pouco atendida nesse modelo, mas que virou um dos focos do atual governo, é a de ferrovias, segmento com custos muito altos e de retorno mais demorado. Ainda neste segundo semestre, o governo pretende lançar um Plano de Desenvolvimento Ferroviário, com novos editais.

“Vamos avaliar quais são as ferrovias mais importantes para escoamento da produção do Brasil, ganho logístico e produtividade”, afirmou ao Estadão o ministro dos Transportes, Renan Filho. “O melhor caminho é o somatório de esforços. O setor público fazendo investimentos dentro de um ambiente de sustentabilidade fiscal, com o setor privado para melhorar diversas áreas, principalmente para na infraestrutura do País. É o que nós temos desenhado.”

O ministro afirmou que pretende terminar 2023 com cinco concessões rodoviárias lançadas. Até agora, já foram três: dois lotes no Paraná, com expectativa de R\$ 18,6 bilhões em investimentos, e um em Minas Gerais, da BR-381, com leilão marcado para novembro. Até o final do ano, serão publicados os editais para concessão de dois trechos da BR-040: um que liga o Rio de Janeiro a Belo Horizonte e outro conhecido como Rota dos Cristais, que liga BH a Cristalina, Goiás.

A meta do ministério, segundo o ministro, é realizar 35 concessões de rodovias e ferrovias até o final do mandato. De olho nesse objetivo, a pasta apresentou um novo modelo de concessões rodoviárias. “A gente propõe nesse novo modelo mais transparência, mais segurança jurídica e mais facilidade para o reequilíbrio dos contratos, determinando como serão enfrentados aumento de custos de investimentos e mudança no fluxo da rodovia por questões exógenas, como a pandemia. São contratos mais saudáveis”, diz.

Saneamento

O setor com o maior número de projetos, de água e esgoto, deve crescer ainda mais nos próximos anos com a consolidação do novo marco do saneamento, aprovado em 2020 pelo Congresso, mas que quase foi colocado em xeque pelo governo Lula.

Isso porque decretos do presidente em abril alteraram a legislação, permitindo, entre outras coisas, que estatais prestassem serviços sem licitação, o que desagradou fortemente o setor privado.

Em maio, a Câmara derrubou boa parte dos decretos de Lula e a discussão foi ao Senado. Desde então, como mostrou o Estadão, governistas trabalhavam num acordo que evitasse uma derrota política para o presidente. Um meio-termo foi costurado, em que os decretos foram revogados, excluindo os trechos que foram alvo de críticas, mas mantendo outras partes consideradas positivas, como a permissão para que os investidores privados assumam mais do que 25% de uma PPP.

O vaivém do saneamento

Do marco aprovado pelo Congresso aos novos decretos de Lula



ESTADÃO #

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/07/2023

EMBRAER OFERECE BOLSAS DE R\$ 5 MIL EM PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE AVIAÇÃO

Inscrições vão até dia 3 de fevereiro; é preciso ter inglês avançado e ter se graduado entre 2021 e 2023 em engenharia

Por Redação

A Embraer abriu na segunda-feira, 24, as inscrições para a 32ª turma do Programa de Especialização em Engenharia (PEE), um mestrado profissional destinado para engenheiros que desejam aprofundar seus conhecimentos na área de aviação. O programa oferece bolsa-auxílio de até R\$ 5 mil para os participantes.

São 45 vagas disponíveis para candidatos de todo o Brasil. Para participar, é preciso ter inglês avançado e ter se graduado entre 2021 e 2023 em engenharia nas modalidades aeronáutica ou aeroespacial, ambiental, automobilística, civil, computação, controle e automação, elétrica, eletrônica, energia, física, manufatura, manutenção, materiais, mecânica, mecatrônica, metalúrgica, minas, naval, nuclear, petróleo, produção, química, robótica, sistemas, softwares e telecomunicações e transporte.

As inscrições vão até dia 3 de setembro, e devem ser feitas na plataforma de recrutamento Gupy. Após avaliação de currículo e realização de teste de inglês, o processo seletivo ainda conta com prova técnica, dinâmicas de grupos e entrevistas.



Programa, que oferece bolsa-auxílio de até R\$ 5 mil para os participantes, dispõe de 45 vagas para candidatos de todo o País Foto: REUTERS/Roosevelt Cassio/File Photo

A especialização acadêmica é realizada em parceria com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e dura 18 meses. O programa oferece bolsa-auxílio no valor de R\$ 5 mil, com reajuste de 20% no segundo ano, entre outros benefícios. De acordo com a Embraer, a média de contratação dos participantes anteriores pela empresa é de 96%.

As aulas têm previsão de início para fevereiro de 2024. Os candidatos selecionados participarão de curso e atividades de capacitação nas áreas de Engenharia de Desenvolvimento do Produto e Processos da companhia, em São José dos Campos (SP), além de se especializarem em fundamentos e projetos aeronáuticos, com atividades sobre Indústria 4.0, inteligência artificial, robótica e prototipação de projetos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/07/2023



VALOR ECONÔMICO (SP)

DILMA SE REÚNE COM PUTIN ANTES DE CÚPULA RÚSSIA-ÁFRICA

A reportagem não conseguiu contato com a ex-presidente, mas, na agenda de Putin, Dilma será recebida na quarta-feira (26) às 17h30 (11h30 em Brasília)

Por Igor Gielow, Folhapress — São Paulo

A ex-presidente brasileira Dilma Rousseff (PT) tem reunião marcada na quarta-feira (26) com o presidente russo, Vladimir Putin, no Kremlin. Ela visitará o líder da Rússia na condição de chefe do banco do Brics, o bloco diplomático que une Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul.

Segundo a “Folha de S.Paulo” ouviu de diplomatas, a visita não chegou a ser comentada com o Itamaraty. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem pisado em ovos em relação à Rússia devido à posição de neutralidade crítica de Brasília acerca da guerra da Ucrânia.

Nem sequer a embaixada brasileira em Moscou foi alertada da presença da ex-presidente, o que no Planalto foi visto como uma tentativa de manter separada a imagem da petista da de Lula. Ela, argumentam integrantes do governo, não representa o país, e sim o banco do Brics.

Mas Dilma era vista com muita simpatia em Moscou nos seus mandatos. Ela esteve como presidente no país em três ocasiões, em 2012, 2013 e 2014, na última oportunidade em uma cúpula do Brics. Quando sofreu impeachment, em 2016, a imprensa estatal russa usava frequentemente a palavra golpe para definir o processo.

A reportagem não conseguiu contato com a ex-presidente. Na agenda de Putin, Dilma será recebida às 17h30 (11h30 em Brasília). O motivo mais ostensivo de sua presença é a provável participação na cúpula Rússia-África — cuja presença de Putin será virtual —, uma demonstração ao Ocidente de

que Moscou não está tão isolada quanto gostariam os Estados Unidos e seus aliados devido à guerra. Nesta terça (25), foi anunciado também que o russo irá à Turquia em data a ser definida e à aliada China, em outubro.



O presidente russo, Vladimir Putin, e a ex-presidente Dilma Rousseff, na condição de chefe do banco do Brics, o NDB, vão se reunir na quarta-feira (26), a partir das 11h30 de Brasília — Foto: Alexander Nemenov/AP

Pacote de sanções

Com a invasão de 2022, a Rússia foi submetida ao mais draconiano pacote de sanções econômicas da história recente, sendo efetivamente desplugada do sistema internacional. Mas o país contornou parte das dificuldades, aprofundou laços econômicos com países ou aliados, como a China, ou neutros e próximos, como a Índia.

No caso brasileiro, a prioridade da relação econômica sempre guiou o Planalto. Uma semana antes da guerra, em fevereiro do ano passado, Jair Bolsonaro (PL) foi recebido por Putin em Moscou. Ele e Lula negaram o fornecimento de armamentos pedidos pela Ucrânia, e o petista ainda tem feito críticas constantes ao Ocidente no conflito.

Na ONU, contudo, o Brasil votou para condenar a invasão em duas ocasiões, diferentemente da Índia, que virou uma das maiores compradoras de petróleo barato dos russos, que perderam acesso aos mercados na Europa.

Fluxo comercial Brasília-Moscou

O fluxo comercial entre Brasília e Moscou cresceu ao longo de 2022, estimulado pela necessidade de manter o fornecimento de fertilizantes para o agronegócio brasileiro, e hoje 2/3 do óleo diesel importado pelo Brasil vêm da Rússia.

Ao mesmo tempo, Lula tem sofrido críticas constantes por sua tentativa de mediação no conflito entre Rússia e Ucrânia, vista no Ocidente como condescendente com Putin. Enviou seu assessor Celso Amorim a Moscou e recebeu o chanceler Serguei Lavrov em Brasília. O petista até acabou baixando o tom de suas reservas à posição de Kiev, e foi admoestado pelo próprio presidente ucraniano Volodymyr Zelensky.

Por outro lado, chamou o colega chileno Gabriel Boric de apressado por querer menções à Rússia em comunicado de países latino-americanos em reunião na Europa, semana passada. Isso tudo leva holofotes à visita de Dilma, de forma intencional ou não.

Cúpula Rússia-África

A cúpula Rússia-África é vista como uma oportunidade para Putin, mas o contexto é adverso. Segundo seu assessor para assuntos internacionais Iuri Uchakov disse à agência RIA Novosti, nesta terça, 17 dos 54 chefes de Estado africanos membros da ONU estarão presentes ao evento, que ocorre na quinta (27) e na sexta (28).

Na primeira edição da cúpula, em 2019, 43 líderes voaram até Sochi, na costa do mesmo Mar Negro que, hoje, está no centro das preocupações africanas. Na semana passada, Putin deixou o acordo que permitia a exportação de grãos ucranianos na região, e passou a bombardear a infraestrutura portuária e silos de Kiev.

Isso aumentou a insegurança dos líderes africanos, que foram procurados por autoridades russas que lhes asseguraram a continuidade do fornecimento de trigo a preços competitivos, apesar do aumento generalizado devido à crise. O tema assombra a reunião em Moscou, e certamente afastou boa parte dos prováveis presentes.

É incerto como o NDB (Novo Banco de Desenvolvimento, na sigla inglesa da instituição dos Brics) poderá entrar no jogo, contudo. Em junho, Lula pressionou a instituição a ajudar o governo da Argentina, em grave crise financeira, mas recebeu um não. Desde então, trabalha para tentar ampliar o escopo do órgão presidido por Dilma desde março.

Por ora, o NDB só opera com os membros do Brics, com uma exceção pontual africana, Lesoto, um enclave na África do Sul que recebeu apoio em um projeto hídrico. Lula, e talvez Putin e seu colega sul-africano, Cyril Ramaphosa, talvez trabalhem para mudar isso.

Ramaphosa, aliás, estará em uma situação inusitada quando chegar à cúpula. Na semana passada, a África do Sul anunciou que, em comum acordo com a Rússia, receberia Lavrov como representante de Putin na cúpula dos Brics, que ocorre em agosto.

O motivo é o fato de Pretória ser signatária do Estatuto de Roma, que criou o TPI (Tribunal Penal Internacional). Em março, a corte determinou a prisão de Putin por supostos crimes de guerra cometidos na extradição de crianças ucranianas para a Rússia, o que o Kremlin descarta. Após dar imunidade ao russo, Ramaphosa foi pressionado por uma ação legal e acabou cedendo, com o colega sendo convidado a participar por videoconferência no evento.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 25/07/2023

LULA AUTORIZA AUMENTO DE CAPITAL DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

Medida consta de decreto publicado nesta terça-feira (25) no Diário Oficial da União
Por Edna Simão e Juliano Basile, Valor — Brasília



— Foto: Divulgação/Ministério da Infraestrutura

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou o aumento de capital social da Autoridade Portuária de Santos S.A. A medida consta de decreto publicado nesta terça-feira (25) no Diário Oficial da União (DOU).

O aumento de capital social ocorrerá por meio da incorporação de adiantamento para futuro aumento de capital social, transferido pela União no exercício de 2015, no montante de R\$ 103.346.942,15; adiantamento para futuro aumento de capital social, transferido pela União nos exercícios de 2019 e 2020, no montante de R\$ 4.052.782,11 (quatro milhões cinquenta e dois mil setecentos e oitenta e dois reais e onze centavos); além de saldos remanescentes de capitalizações anteriores.

Segundo o decreto, a União fica autorizada a subscrever ações na proporção da sua participação no capital social da Autoridade Portuária de Santos S.A., após a aprovação, pela assembleia geral de acionistas, dos aumentos de capital social; e na proporção da participação do acionista minoritário da Autoridade Portuária de Santos S.A., na hipótese de este não exercer o seu direito de preferência no prazo legal, após aprovação, pela assembleia geral de acionistas, dos aumentos de capital social.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 25/07/2023

EXPLORAÇÃO DE 'MINERAIS CRÍTICOS' PRECISARÁ EQUILIBRAR RISCOS AMBIENTAIS E SOCIAIS, DIZ FITCH

A agência de classificação de risco prevê que os desenvolvimentos regulatórios, de mercado e de questões sociais vão se tornar cada vez mais relevantes para aqueles que atuam em setores minerais críticos

Por Victoria Netto, Valor — São Paulo

O aumento da oferta de minerais críticos – aqueles de alta relevância para uma indústria e cujo fornecimento enfrenta forte risco de restrição – é considerado essencial para a transição para uma economia de baixo carbono, mas empresas e investidores devem estar atentos aos riscos ambientais e sociais associados ao desenvolvimento desses recursos, afirma a Fitch Sustentável em relatório.

A agência de classificação de risco prevê que os desenvolvimentos regulatórios, de mercado e de questões sociais vão se tornar cada vez mais relevantes para aqueles que atuam em setores minerais críticos, pois estão relacionados ao uso da água, à poluição do ar e ao envolvimento da comunidade.

“Fatores regionais, como a exposição a riscos climáticos físicos e a prevalência da desigualdade social, podem agravar ainda mais a vulnerabilidade a esses problemas para certos minerais críticos”, dizem os analistas Jonathon Smith e Tamara Tisminetzky.

Segundo o relatório, as considerações geopolíticas também se cruzam com as questões ambientais e sociais relacionadas ao desenvolvimento mineral crítico em todo o mundo. “Na América Latina e na África, casos recentes de protecionismo e nacionalização de recursos estão intimamente relacionados aos esforços para melhorar as condições socioeconômicas”, afirmam os analistas.

Na América do Norte e na Europa, os analistas destacam que o esforço contínuo para aumentar as capacidades de fornecimento local ameaça introduzir uma nova onda de questões ambientais e sociais mais próximas de casa, onde os requisitos regulatórios e de conformidade são maiores.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/07/2023

TRANSPETRO DEVE REALIZAR CONCURSOS PÚBLICOS AINDA ESTE ANO

Últimos concursos realizados na Transpetro para quadros de mar e de terra foram em 2017 e 2018

Por Kariny Leal, Valor — Rio



Navio da Transpetro — Foto: Divulgação Transpetro

A Transpetro deve publicar editais de processos seletivos públicos em setembro e realizar os respectivos concursos ainda em 2023. Segundo a subsidiária de logística da Petrobras, os processos devem considerar os novos direcionadores da companhia, possibilitar a troca de conhecimentos entre empregados antigos e mais novos e fortalecer a diversidade na empresa.

Os últimos concursos realizados na Transpetro para quadros de mar e de terra foram em 2017 e 2018, respectivamente. Procurada pelo Valor, a companhia afirmou que deve divulgar o número de vagas nas próximas semanas.

De acordo com a estatal, o concurso tem como diferenciais a regionalização e o apoio à diversidade: “Nosso objetivo no processo para o quadro de terra é atender à necessidade de efetivo por região, abrindo a possibilidade de cada candidato escolher a área de atuação, de acordo com sua formação profissional e o estado onde prestará serviço. Isso garante maior assertividade para cada vaga. No quadro de mar, para embarque e desembarque determinados pela companhia, os tripulantes poderão optar pelo porto base na cidade mais próxima da sua residência, ficando a companhia responsável pelas despesas no percurso entre a cidade de referência e o navio”, explica em nota o gerente-executivo de recursos humanos, Alexandre Jatczak.

A gerente setorial de Dimensionamento e Provimento da Transpetro, Daiana Mello Pereira, afirma em nota que nesse concurso, para o quadro de terra, 10% das vagas serão destinadas à Pessoas com Deficiência (PCDs), dobrando o percentual exigido legalmente, e 20% das vagas serão voltadas para pessoas pretas e pardas.

Para os admitidos, a Transpetro oferece auxílio-creche ou auxílio-acompanhante; auxílio-ensino para filhos, assistência multidisciplinar de saúde, benefício-farmácia, plano opcional de previdência complementar, programa de assistência especial destinados aos portadores de deficiência e remuneração variável.

Os interessados em concorrer às vagas do quadro de mar devem estar registrados como aquaviários, de acordo com a Norma da Autoridade Marítima (Normam 13). Para admissão, é necessária a apresentação dos documentos comprobatórios originais atualizados de acordo com a categoria pretendida.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 25/07/2023

GOVERNO PREPARA PROGRAMA DE INCENTIVO PARA INDÚSTRIA DE ATÉ R\$ 15 BI

A iniciativa estará voltada para a renovação e modernização de máquinas e equipamentos da indústria

Por Rafael Bitencourt, Valor — Brasília



Haddad e Alckmin — Foto: Joédson Alves/Agência Brasil

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou hoje que o governo prepara um novo programa de incentivo para indústria que pode envolver estímulos de R\$ 3 bilhões a R\$ 15 bilhões a partir de 2024. A iniciativa estará voltada para a renovação e modernização de máquinas e equipamentos da indústria.

Na visão do governo, a indústria nacional sofre com o processo de “depreciação acelerada” das plantas de produção, conforme destacaram Haddad e o vice-presidente da República e ministro de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin.

De acordo com Alckmin, o novo programa complementar as ações do plano de “neointustrialização”, também com o objetivo de reposicionar a indústria local no cenário internacional, com medidas de ganho de produtividade, e assim gerar mais crescimento econômico, mais emprego e renda para a população.

O ministro da Fazenda informou que amplitude do novo programa vai depender do espaço fiscal que o Congresso irá “permitir” na aprovação das leis relacionadas ao orçamento público. Segundo ele, isso ainda precisa ser “calibrado”, e alguns setores poderão ser mais beneficiados do que outros.

“Isso não tem um impacto fiscal propriamente dito. A não ser no tempo”, disse Haddad a jornalistas. Ele explicou que a iniciativa, na prática, acaba por “antecipar o efeito fiscal” que já existiria, com uma espécie de “encurtamento do prazo”. Além disso, o ministro explicou que o governo já, “no ano seguinte, começa a recuperar crédito” que será oferecido.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 25/07/2023



AGÊNCIA BRASIL - DF

GOVERNO AUTORIZA EMISSÃO DE MAIS AÇÕES DO PORTO DE SANTOS

Capital social aumentará com incorporação de adiantamentos da União

Por Fabiola Sinimbu – Repórter da Agência Brasil - Brasília



Um decreto presidencial, publicado nesta terça-feira (25) no Diário Oficial da União, autoriza o aumento do capital social da Autoridade Portuária de Santos S.A., por meio da incorporação de adiantamentos feitos pela União, atualização desses valores, além de saldo de capitalizações anteriores. Até a última atualização do estatuto, em 2020, as ações da empresa pública ultrapassavam o valor de R\$ 1,4 bilhão.

De acordo com o decreto, a esse valor serão acrescidos R\$ 103.346.942,15 de um adiantamento transferido em 2015, pela União, além de mais R\$ 4.052.782,11 de outros adiantamentos feitos em 2019 e 2020, com o objetivo de aumentar o capital social da empresa. Com isso, o novo capital social deve ultrapassar R\$ 1,5 bilhão.

Por ser uma empresa pública de capital fechado, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, as ações que representam o capital social da empresa são 99,9% da União e menos de 0,01% do município de Santos.

O decreto autoriza ainda a subscrição das novas ações pela União e pelo município na proporção da participação dos acionistas e, caso o município de Santos não exerça o direito de preferência no prazo previsto, a União poderá exercer.

O novo capital social deverá ser publicado no Diário Oficial da União após a aprovação, pela assembleia geral de acionistas do valor total, bem como do número de ações que serão emitidas.

Edição: Nádia Franco
Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 25/07/2023

ARRECADÇÃO FEDERAL CAI 3,4% E CHEGA A R\$ 180,47 BILHÕES EM JUNHO

É a segunda queda registrada pela Receita neste ano
Por Andreia Verdélio – Repórter da Agência Brasil - Brasília

A arrecadação da União com impostos e outras receitas caiu no mês passado na comparação com junho de 2022, e alcançou R\$ 180,47 bilhões, segundo dados divulgados nesta terça-feira (25) pela Receita Federal. O resultado representa recuo real de 3,37%, ou seja, descontada a inflação, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Foi a segunda queda na arrecadação neste ano. Em março, houve recuo real de 0,42%.

Ainda assim, no primeiro semestre deste ano, a arrecadação foi recorde, alcançando R\$ 1,14 bilhão, acréscimo acima da inflação de 0,31%, em relação aos primeiros seis meses do ano passado. O valor acumulado é o maior da série desde 1995.



Os dados sobre a arrecadação de junho estão disponíveis no site da Receita Federal.

Quanto às receitas administradas pela Receita Federal, o valor arrecadado no mês passado ficou em R\$ 174,96 bilhões, representando decréscimo real de 2,7%, enquanto no período acumulado de janeiro a junho, a arrecadação alcançou R\$ 1,09 trilhão, alta real de 1,58%.

Os resultados foram influenciados por alterações na legislação tributária e por pagamentos atípicos tanto em 2022 quanto em 2023, especialmente do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas. Segundo a Receita, ambos são importantes indicadores da atividade econômica, sobretudo, do setor produtivo.

As desonerações concedidas no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) também influenciaram no resultado.

Lucro das empresas

A arrecadação do Imposto de Renda Pessoas Jurídica (IRPJ) e da CSLL somou R\$ 24,53 bilhões em junho, com redução real de 30,60% sobre o mesmo mês de 2022. O resultado é explicado pelo decréscimo real de 41,10% na arrecadação da estimativa mensal de empresas. Na apuração por estimativa mensal, o lucro real é apurado anualmente, sendo que a empresa está obrigada a recolher mensalmente o imposto, calculado sobre uma base estimada.

A Receita ressaltou, por outro lado, que, em junho do ano passado, houve pagamentos atípicos de R\$ 6 bilhões nessa arrecadação.

No acumulado do ano, o IRPJ e a CSLL somaram R\$ 253,95 bilhões, com queda real de 4,77%. Esse desempenho é explicado pelo recuo real de 7,04% da estimativa mensal e de 34,32% na declaração de ajuste do IRPJ e da CSLL, relativa a fatos geradores ocorridos em 2022, conjugados com os acréscimos reais de 11,26% do balanço trimestral e de 6,91% do lucro presumido.

“Além disso, houve recolhimentos atípicos da ordem de R\$ 5 bilhões, especialmente por empresas ligadas à exploração de commodities [produtos primários com cotação em mercados internacionais], no primeiro semestre deste ano, e de 26 bilhões, no mesmo período de 2022”, informou a Receita Federal.

Fatores não recorrentes

Contribuindo para melhorar a arrecadação, houve recolhimento extra do imposto de exportação sobre combustíveis em junho deste ano, de R\$ 1,4 bilhão, o que não aconteceu no mesmo mês de 2022.

Por outro lado, também houve desonerações tributárias. Apenas em junho, a redução de alíquotas do PIS/Cofins sobre combustíveis resultou em uma desoneração de R\$ 3 bilhões; em junho de 2022 havia sido de R\$ 1,7 bilhão. No ano, a desoneração chega a R\$ 20,25 bilhões. Já a redução de alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) custou R\$ 1,9 bilhão à Receita no mês passado e R\$ 11,4 bilhões no semestre.

“Sem considerar os fatores não recorrentes acima, haveria um crescimento real de 5,29% na arrecadação do período e de 0,59% na arrecadação do mês de junho”, informou o órgão.

Outros destaques

Outro destaque da arrecadação de junho foi o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), que fechou o mês em R\$ 6,29 bilhões, com diminuição real de 3,77%. O resultado pode ser explicado pelo decréscimo real de 46,55% na arrecadação relativa aos ganhos de capital na alienação de bens. No acumulado do ano, o resultado dessa receita chega a R\$ 31,53 bilhões, queda real de 5,24%.

Já as outras receitas administradas pela Receita Federal apresentaram arrecadação de R\$ 4,23 bilhões, com acréscimo real de 62,87%, resultado que pode ser explicado pela arrecadação do programa de redução de litigiosidade, que somou R\$ 377 milhões no mês, e pelo imposto de exportação incidente sobre as exportações de óleo bruto, R\$ 1,4 bilhão.

No acumulado do ano, o destaque é para a Receita Previdenciária, que arrecadou de R\$ 288,58 bilhões, com crescimento real de 7,10%. Esse desempenho é explicado pelo crescimento real de 9,79% da massa salarial. Além disso, houve crescimento de 33% nas compensações tributárias com débitos de receita previdenciária, em razão da Lei 13.670/18, que vedou a utilização de créditos tributários para a compensação de débitos de estimativas mensais do IRPJ e da CSLL.

De janeiro a junho, o Imposto de Renda Retido na Fonte - Rendimentos de Capital somou R\$ 58 bilhões, alta de 28,17%. Os resultados podem ser explicados pela alta da taxa Selic (juros básicos da economia), que influenciou o recolhimento dos rendimentos dos fundos e títulos de renda fixa. Apenas em junho, o acréscimo foi de 10,79% nesse item, chegando a R\$ 17,38 bilhões.

O IRRF - Rendimentos do Trabalho registrou arrecadação de R\$ 99,23 bilhões no primeiro semestre, representando alta real de 6,38%. O resultado deve-se ao acréscimo real na arrecadação dos itens Rendimentos do Trabalho Assalariado (8,42%) e Participação nos Lucros ou Resultados (15,7%) e ao decréscimo real em Aposentadoria do Regime Geral ou do Servidor Público (queda de 8,67%).

Já em junho, a arrecadação somou R\$ 13,85 bilhões, queda real de 0,63%.

Indicadores macroeconômicos

A Receita Federal apresentou, também, os principais indicadores macroeconômicos que ajudam a explicar o desempenho da arrecadação, tanto no mês quanto no acumulado do ano. Entre os indicadores, estão a venda de serviços, com crescimento de 4,7% em maio (fator gerador da arrecadação de junho) e 5,21% no ano; e a massa salarial, que cresceu 13,96% em maio (15,21% no ano), em relação ao mesmo mês de 2022.

A venda de bens também cresceu 3% no mês e 2,41% no ano. A produção industrial subiu 0,28% em maio, mas caiu 1,06% no acumulado do ano, comparado ao período de dezembro de 2021 a maio de 2022.

Já o valor em dólar das importações caiu 16,7% em relação a maio do ano passado e 6,82% no ano.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 25/07/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

CSENO VÊ EM NAVIOS-PATRULHA POTENCIAL PARA MAIOR PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA LOCAL

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 24/07/2023 - 21:51



Arquivo/Divulgação

Para presidente da câmara setorial da Abimaq, quantidade estimada para programa para obtenção dos NPa500-BR aumentaria escala de projetos e contribuiria para maior organização da cadeia produtiva no longo prazo

A Câmara Setorial de Equipamentos Navais, Offshore e Onshore da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (CSENO/Abimaq) vê no programa de navios-



patrulha de 500 toneladas da Marinha do Brasil um grande potencial para a construção de embarcações e para a participação da indústria local. Para o presidente da CSENO, Leandro Nunes Pinto, a construção de 12 a 19 unidades estimada para os 'NPa500-BR' representaria um movimento importante para a indústria. Ele ressaltou que esse programa de barcos patrulha não resolve a problema de demanda de toda uma cadeia de fornecedores na totalidade, mas vai na direção de mais perenidade do setor e a projetos da Marinha.

“Com essa quantidade de unidades, mais do que nunca, se conseguiria planejar a indústria local no longo prazo para atender esse programa”, avaliou, em entrevista à Portos e Navios. Pinto considera que houve evolução dos processos para obtenção de novos meios navais da esquadra, desde o programa de submarinos, até o programa de fragatas classe Tamandaré (PFCT), o que pode contribuir com o sucesso e dar perenidade para uma futura carteira de encomendas para construção de navios-patrulha.

“No Prosub, algumas empresas conseguiram suprir com conteúdo local. Isso se ampliou com o [programa de fragatas] Tamandaré e tende a se ampliar mais com o NApAnt [navio de apoio Antártico]. Com os barcos patrulha, esperamos que se ampliem mais essas capacidades”, comentou. A CSENO acompanha outras discussões que estão em curso na Marinha, como a necessidade de navios-patrulha oceânicos (NPaOc) de 1.800 toneladas. Ele explicou que já existe um escopo inicial, mas o projeto será detalhado futuramente pela força naval.

A ideia, segundo Pinto, é dialogar com a indústria o que já existe disponível no mercado para poder apoiar e aumentar a participação local desde o início da concepção do projeto. “Existe hoje a iniciativa da câmara [de nacionalização da Emgepron — Empresa Gerencial de Projetos Navais] de nos aproximar da diretoria da Marinha responsável para encorajar essa discussão técnica, uma vez que eles [Emgepron] serão projetistas dessa embarcação”, disse.

Os fornecedores também vislumbram novas possibilidades de fornecimento, caso a Marinha decida ampliar o atual número de fragatas a serem construídas. O PFCT prevê quatro unidades, mas em algumas oportunidades a força naval sinalizou que outras duas unidades poderiam ser acrescentadas ao programa. Caso a Marinha contrate novas unidades, a indústria teria a chance de tentar contribuir com o aumento do conteúdo local em relação às primeiras unidades.

Navio polar

Recentemente, membros da CSENO visitaram o Estaleiro Jurong Aracruz (EJA), no Espírito Santo, a fim de uma aproximação com a 'SPE Polar 1', sociedade de propósito específico responsável pela construção do navio polar (NApAnt) no empreendimento. O presidente da câmara setorial contou que, apesar de o grupo Sembcorp, que lidera o consórcio vencedor, passar por momento de transição, o canal foi aberto e as empresas já tiveram acesso aos formulários para propor o fornecimento de alguns itens. “O processo está andando. É uma embarcação só, sabemos que é mais difícil para a indústria se programar para um requerimento tão específico. Estamos avaliando a possibilidade de fornecer equipamentos da indústria local.

Outra oportunidade no radar dos fornecedores são navios 'contra minagem', equipados com sonar para procurar e desativar minas que representem risco para o tráfego de submarinos. A Marinha não anunciou se fará aquisição dessa embarcação de varredura no exterior, já que o Brasil não detém essa tecnologia, ou se promoverá processo semelhante ao das fragatas. Neste caso, há possibilidade de fornecedores locais buscarem parceiros estrangeiros para tentar fornecer itens para um eventual projeto.

Para os próximos 10 anos, a Marinha do Brasil possui uma demanda para substituição de, ao menos, 12 unidades de 200 toneladas, que estão chegando ao final do ciclo de vida, por modelos de 500 toneladas. Além dos navios-patrulha oceânicos (OPVs) de 500 toneladas, a Marinha definiu outra plataforma para compor seu portfólio: um navio-patrulha oceânico (OPV 2.000 toneladas), com padrão similar aos três navios que a força naval brasileira tem da classe Amazonas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/07/2023

INTERESSADOS TÊM 30 DIAS PARA ENVIO DE PROPOSTAS PARA TUP EM ARROIO DO SAL

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 24/07/2023 - 19:47



Arquivo/Divulgação

Anúncio público da Antaq foi motivado após requerimento formulado pela empresa Porto Meridional Participações S.A. Edital prevê implantação de terminal para movimentação de granéis sólidos, granéis líquidos/gasosos, carga geral e carga containerizada

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) informou que receberá, nos próximos 30 dias, pedidos de autorização de eventuais interessados na construção e exploração de um terminal de uso privado (TUP) no município de Arroio do Sal (RS), no litoral norte gaúcho. O prazo da agência é contado a partir desta segunda-feira (24), data da publicação da convocação no Diário Oficial da União. O anúncio público foi motivado após requerimento formulado pela empresa Porto Meridional Participações S.A.

O edital prevê que o TUP movimentará aproximadamente 5.000.000 toneladas/ano de granéis sólidos; 800.000 ton/ano de granéis líquidos/gasosos; 1.800.000 ton/ano de cargas gerais; e até 300.000 TEUs/ano de cargas containerizadas. A área total a ser outorgada é de 1.522.802 metros quadrados (m²), compreendendo área terrestre particular e área sob jurisdição da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), terrestre e aquaviária, cuja certidão de disponibilidade foi apresentada pela empresa.

O prazo previsto para a implantação do TUP é de 30 meses. O escopo projeta um calado inicial de 17 metros que permitirá a recepção de embarcações de grande porte, tanto para transporte de cargas, quanto de passageiros (cruzeiros marítimos). A expectativa de investimentos é da ordem de R\$ 6 bilhões, por meio da iniciativa privada. O montante se divide em R\$ 1,3 bilhão para infraestrutura e R\$ 4,7 bilhões para berços de terminais específicos.



As instalações terrestres do porto de Arroio do Sal serão dispostas em uma área com superfície total de 730.847 m². Está prevista a implantação de dois armazéns de grãos com capacidade estática de 200.000 toneladas cada e um armazém de fertilizante com capacidade estática de 105.000 toneladas, sendo operado em três berços.

projecao-porto-meridional-arroio-do-sal-rs-divulgacao.jpg

O Tecon deverá ocupar área total de aproximadamente 355.000 m², abrangendo um pátio na retroárea de aproximadamente 120.000 m² e um pátio offshore atrás dos berços de atracação de 235.000 m². Esse perfil de carga será operado em dois berços. Já o terminal de granéis líquidos terá área aproximada de 74.000 m² e capacidade de armazenagem estática de 144.200 m².

O projeto considerou como navios-tipo: porta-contêineres Post-Panamax, com capacidade de 13.000 TEUs, comprimento de 366 metros, largura de 49m e calado de 15,20 metros; graneleiro Post-Panamax, com capacidade de 122.000 DWT, comprimento de 250 metros, largura de 44 metros e calado de 15,20 metros; graneleiro (Panamax) com capacidade de 60.000 DWT, comprimento de



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 124/2023
Página 55 de 55
Data: 25/07/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

220 metros, largura de 32 metros e calado de 12,50 metros; e navio-tanque Panamax, com capacidade de 60.000 DWT, comprimento de 220 metros, largura de 32 metros e calado de 12,50 metros.

Localizado no município de Arroio do Sal (RS), o terminal deverá focar em carga geral manufaturada e semimanufaturada, granéis sólidos como soja, milho, arroz, rocha fosfática, enxofre e fertilizantes. Além de granéis líquidos como derivados de petróleo e gás e um terminal turístico de passageiros. O escopo prevê um conceito porto-indústria, com uma fábrica de hidrogênio verde ou azul sob a forma de amônia para ser exportada em isotanques criogênicos e uma fábrica de fertilizantes com uma termelétrica a gás de 1 gigawatt (GW) de potência instalada.

O projeto, desenvolvido pela DTA Engenharia Portuária e Ambiental, contempla 10 berços para atracação de grandes navios, sendo oito para contêineres, granéis sólidos, líquidos e gás e dois para transatlânticos, o que permitirá desenvolver o potencial turístico do estado. A profundidade do mar ficará entre 17 a 20 metros e a passagem de duas correntes marítimas também favorecem o projeto do porto, sem necessidade de dragagem constante. A ideia é que o Porto Meridional seja um porto onshore, abrigado por enrocamentos de pedra e sem aporte de sedimentos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/07/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 25/07/2023